

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL***

2008/2009



TII

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

**A SEGURANÇA DO ATLÂNTICO SUL
O PAPEL DO BRASIL**

***HERMANN IBERÊ SANTOS BOEHMER JUNIOR
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Brasil)***



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A SEGURANÇA DO ATLÂNTICO SUL
O PAPEL DO BRASIL**

**Hermann Iberê Santos Boehmer Junior
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Brasil)**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Lisboa, 2009



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A SEGURANÇA DO ATLÂNTICO SUL
O PAPEL DO BRASIL**

**Hermann Iberê Santos Boehmer Junior
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Brasil)**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Orientador: COR Pedro M. de Palhares V. da Silva

Lisboa, 2009



Agradecimentos

Em primeiro lugar, ao Coronel Pedro M. de Palhares V. da Silva, meu orientador, pelas sugestões e revisão crítica.

Ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Marcio Mota Miranda, Vice-Diretor da Escola de Guerra Naval, pelas sugestões e a vasta bibliografia disponibilizada.

Ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Fernando Gomes da Costa, Adido de Defesa e Naval em Portugal, pelas sugestões, apoio, revisão do texto e bibliografia disponibilizada.

Aos companheiros do CPOG, pela troca de idéias, indicação de bibliografia e esclarecimentos nos diversos assuntos sobre o tema do trabalho.

À Izabel e à Carolina, pelo apoio permanente, estímulo e compreensão.

Muito Obrigado.



Índice

Agradecimentos	i
Índice	ii
Resumo	iv
Abstract.....	v
Palavras-Chave	vi
Lista de Abreviaturas.....	vii
1. Introdução.....	1
2. A importância estratégica do Atlântico Sul para o Brasil	4
a. Características da área	4
b. Breve histórico.....	4
c. Aspectos geoestratégicos	5
d. Os interesses da Marinha do Brasil no Atlântico Sul	7
e. As importantes linhas de comunicações marítimas	9
f. O petróleo da plataforma continental do Brasil	10
g. O petróleo e a nova importância estratégica do Atlântico Sul	12
h. Considerações parciais	15
3. A relação entre os países do Atlântico Sul	16
a. Países com presença no Atlântico Sul	16
b. Principais tratados e acordos	17
(1) Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).....	17
(2) Tratado de Assunção (MERCOSUL)	19
(3) Acordos decorrentes do MERCOSUL.....	20
(4) Conselho de Defesa Sul-Americano	21
c. A relação entre os países da região.....	22
d. Considerações parciais	25
4. O papel do Poder Naval do Brasil para a segurança do Atlântico Sul	27
a. As atribuições da Marinha do Brasil.....	27
(1) A missão da Marinha	27
(2) As atribuições subsidiárias.....	28
b. O Poder Naval	30
c. A nova Estratégia Nacional de Defesa	33
d. Considerações Parciais	38



5. Conclusão	39
Bibliografia.....	42
Apêndice 1.....	I
Apêndice 2.....	III
Apêndice 3.....	IV
Apêndice 4.....	V
Apêndice 5.....	VI



Resumo

O Atlântico Sul pode ser considerado excêntrico das principais áreas de tensão do mundo e, nos últimos séculos, países que hoje possuem maior significado político, econômico e militar têm atribuído baixa prioridade na sua avaliação estratégica. Entretanto, paradigmas políticos e econômicos que orientaram as relações políticas durante a maior parte do século XX estão sendo alterados e nesse contexto o Brasil consolida posição, baseado na sua estabilidade política e econômica. As atuais circunstâncias permitem ao País uma projeção internacional onde o Atlântico Sul assume maior importância estratégica como plataforma petrolífera de relevante significado mundial.

Nesse sentido este trabalho procura avaliar a importância, para o Brasil, dos aspectos geoestratégicos do Atlântico Sul e distinguir os interesses dos países nele intervenientes, nomeadamente os interesses relacionados aos recursos petrolíferos. Em seqüência, o estudo procura mostrar que a estabilidade existente na região sul-atlântica decorre do bom relacionamento e do espírito de cooperação que existe entre os blocos regionais, considerando, no entanto, que fatores externos podem comprometer essa estabilidade e que grandes potências venham intervir na região em defesa de seus interesses.

O desenvolvimento deste trabalho procura também identificar a atual capacidade do Poder Naval Brasileiro e como este é inserido na recente Estratégia Nacional de Defesa que estabelece diretrizes estruturantes, para médio e em longo prazo, que vêm ao encontro das necessidades de segurança do Atlântico Sul.



Abstract

The South Atlantic can be considered eccentric of the main areas of tension in the world. In recent centuries, countries which have today greater political, economic and military significance, have given it low priority in its strategic assessment.

However, political and economic paradigms that guided political relations during most of the twentieth century are changing and in this context, Brazil consolidates its position based on political and economic stability. If the South Atlantic assumes greater strategic importance due to oil platforms, consequently Brazil will become more relevant as a regional strategic player.

The present work evaluates South Atlantic's geostrategic importance to Brazil and as well it attempts to identify the interests of other countries, including interests related to oil resources. The paper also attempts to show that South Atlantic stability came from good relationship and spirit of cooperation that exists among regional blocs, whereas, however external factors may compromise the stability and that great powers will intervene in the region in defence of their interests.

The work also attempts to identify the current contribution of the Brazilian Naval Power to the recent National Defence Strategy, establishing to medium and long term structural guidelines to meet the security needs of the South Atlantic.



Palavras-Chave

Atlântico Sul; Poder Naval; Estratégia Nacional de Defesa; Política de Defesa Nacional; Forças Armadas; Missão; Vulnerabilidades; Marinha do Brasil; Geopolíticos; Geoestratégicos.



Lista de Abreviaturas

- ARAEX - Exercício operacional com a Marinha da Argentina
- ATLASUR - Exercício operacional com as Marinhas da África do Sul, Argentina e Uruguai
- BOGATUN - Exercício operacional com a Marinha do Chile
- CAN - Comunidade Andina
- CLPC - Comissão de Limites da Plataforma Continental
- DEPLOYMENT - Exercício operacional com a Marinha dos EUA
- END - Estratégia Nacional de Defesa
- EIA - *Energy Information Administration*
- EUA - Estados Unidos da América
- FFAA - Forças Armadas
- FRATERNO - Exercício operacional com a Marinha da Argentina
- GLO - Garantia da Lei e da Ordem
- LEPLAC - Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- MN – Milhas Náuticas
- NINFA - Exercício operacional com a Marinha do Paraguai
- ONU - Organização das Nações Unidas
- OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PANAMAX - Exercício operacional com as Marinhas dos EUA e da América do Sul
- PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.
- PLATINA - Exercício operacional com a Marinha do Paraguai
- PROANTAR - Programa Antártico Brasileiro
- REVIZEE - Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Captura dos Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva
- UNASUL - União de Nações Sul-Americanas
- UNITAS - Exercício operacional com as Marinhas dos EUA e da América do Sul
- VENBRAS - Exercício operacional com a Marinha da Venezuela
- ZEE - Zona Econômica Exclusiva
- ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



“Diziam os generais atenienses aos dirigentes da ilha de Melos que queriam sujeitar: No mundo dos homens os argumentos do direito só têm peso na medida em que os adversários em presença dispõem de meios equivalentes e que, se não é esse o caso, os mais fortes tiram todo o partido possível da sua potência, enquanto os mais fracos só se podem inclinar.”¹

TUCÍDIDES, A Guerra do Peloponeso

1. Introdução

Na atual conjuntura internacional o Atlântico Sul pode ser considerado excêntrico em relação às demais áreas de tensão que existem no mundo. Países que hoje possuem maior significado político, econômico e militar atribuíram, nos últimos séculos, baixa prioridade na avaliação estratégica dessa área. Entretanto, paradigmas políticos e econômicos que orientaram as relações políticas durante a maior parte do século XX estão sendo alterados e nesse contexto o Brasil consolida sua posição no mundo, fundamentada na estabilidade política e econômica da história recente. As atuais circunstâncias, bem como as políticas adotadas para aproveitá-las, permitiram ao Brasil maior projeção internacional e neste ambiente o Atlântico Sul tem tido, para os países lá intervenientes, significados diferentes:

- É de importância vital para os países ribeirinhos, por ser a via por onde trafega quase a totalidade do comércio exterior;

- Para os países com presença e interesses na região a importância lhe é conferida não só pela essencialidade de suas rotas marítimas, que permitem a ligação natural entre a Europa e o litoral leste da América do Norte aos oceanos Pacífico e Índico, bem como pelas fontes de recursos lá existentes, nomeadamente os recursos petrolíferos.

Essa dinâmica de paradigmas políticos e interesses econômicos diversos implica em novos desafios, com as respectivas responsabilidades que deverão ser assumidas, dentre outras, pelo Brasil progressivamente. Implica ainda a necessidade de planejamento estratégico, e de flexibilidade para sua adaptação a cenários em permanente mudança.

Os recursos petrolíferos da plataforma continental brasileira já têm hoje um contributo significativo para a produção mundial e perspectiva-se uma maior relevância futura na satisfação de uma procura energética crescente, com decorrentes conseqüências para os interesses internacionais.

¹ Citado por Carlos Pereira (2001: 195), atribuído a Alain Gresh em *Le Monde Diplomatique*, 1999.



O reposicionamento internacional do Brasil acarreta, também, numa postura de maior importância do Poder Naval no campo da defesa de seus interesses. A Política de Defesa Nacional e a nova Estratégia Nacional de Defesa estabelecem orientações e diretrizes para uma nova postura do país, e contém elementos relevantes para o ambiente do Atlântico Sul.

A presente investigação tem como objeto a análise dos elementos geoestratégicos do Atlântico Sul relacionados com aspectos históricos e políticos. A partir dessa análise pretende-se distinguir os principais interesses dos países intervenientes nessa parte do Oceano Atlântico, identificar a capacidade de defesa da Marinha do Brasil, e analisar sua postura no cenário regional no começo deste milênio.

O tratamento exaustivo do tema implicaria o estudo detalhado de todos os recursos, as agendas de todos os países com interesses diretos ou indiretos no Atlântico Sul, bem como da análise dos mecanismos relacionais de natureza econômica, política, de segurança e defesa, e cultural entre atores, em associação com as questões e quadros regionais de relacionamento político e estratégico. Desta forma o estudo será limitado à ação política e estratégica de defesa do Brasil por meio do Poder Naval, associado ao interesse dos países intervenientes no Atlântico Sul. Será feita a relação com outros atores e questões, onde e quando for relevante.

Foram estabelecidos os seguintes objetivos de investigação:

- Avaliar os atuais aspectos geoestratégicos do Atlântico Sul e a importância destes aspectos para o Brasil;
- Distinguir os interesses dos principais países intervenientes nessa parte do Oceano Atlântico, principalmente os interesses relacionados aos recursos petrolíferos, e apresentar os principais acordos e tratados em vigor;
- Avaliar o Poder Naval inserido na Política de Defesa Nacional e analisar o Poder Naval na Estratégia Nacional de Defesa do Brasil; e
- Identificar a atitude do Brasil quanto à segurança no cenário regional do Atlântico Sul.

Em face dos objetivos da investigação e da delimitação do objeto de estudo, a questão central é: “Qual a importância do Poder Naval na definição da ação política e na estratégia de segurança e defesa do Brasil para o Atlântico Sul?”.

Desta questão central relevam as seguintes questões derivadas:

QD1- Quais são os atuais elementos geoestratégicos do Atlântico Sul?



QD2- Quais são os principais tratados e acordos existentes entre os países intervenientes no Atlântico Sul?

QD3- Qual a influência que o Poder Naval deve ter na definição da estratégia de segurança e defesa, do Brasil, no cenário do Atlântico Sul?

Foram formuladas as seguintes hipóteses:

H1- Os recursos econômicos atualmente conhecidos do Atlântico Sul, principalmente àqueles relacionados aos novos campos de petróleo, alteraram a importância estratégica da região.

H2- A estabilidade existente na região do Atlântico Sul é fruto do bom relacionamento e do espírito de cooperação existente entre os blocos regionais, entretanto fatores externos à região podem comprometer essa estabilidade.

H3- O Brasil deve ter um Poder Naval com suficiente capacidade dissuasória para satisfazer as necessidades de segurança do Atlântico Sul.

No desenvolvimento deste trabalho a partir da questão central e das perguntas derivadas, foi realizada pesquisa em uma diversificada bibliografia, livros, artigos, periódicos, legislação disponível e “sites” da Internet relacionados ao assunto. Foi utilizada a metodologia de análise geopolítica/geoestratégica, e o método científico dedutivo.

O estudo foi estruturado em cinco capítulos, nos quais se inclui a introdução e a conclusão. No segundo capítulo serão abordados elementos que conferem ao Atlântico Sul uma maior importância estratégica, estão identificadas as características da área, os relevantes fatos históricos ocorridos, os aspectos geoestratégicos, os interesses da Marinha do Brasil nesse oceano, as linhas de comunicações marítimas e ressaltados aspectos que contribuem para o aumento da importância dessa área, aspectos que estão relacionados aos novos campos de petróleo da plataforma continental do Brasil, ao aumento de produção petrolífera em países da África e ao interesse norte americano nessa região. No terceiro capítulo são identificados os países com presença no Atlântico Sul, os tratados e acordos de maior relevância entre os países intervenientes da região, bem como a relação entre esses países. O quarto capítulo trata do papel do Poder Naval do Brasil para a segurança do Atlântico Sul, sendo identificadas às atribuições da Marinha do Brasil, a atual estrutura do Poder Naval e a inserção do Poder Naval na nova Estratégia Nacional de Defesa. No quinto capítulo serão mencionadas as conclusões.



2. A importância estratégica do Atlântico Sul para o Brasil

a. Características da área

Os mares ocupam 60,7% e as terras emersas 39,3% no Hemisfério Norte; o percentual passa a ser de 80,9% para as águas e 19,1% para as terras no Hemisfério Sul. A divisão do Oceano Atlântico em Norte e Sul assenta-se, entre outras, nas seguintes concepções: geograficamente impõe-se a linha do Equador; para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o limite de interesse é determinado pelo Trópico de Câncer, que passa ao norte da Ilha de Cuba, divide ao meio o Golfo do México, e na África, corta a Mauritânia; e no entender de Therezinha de Castro (1996: 26), se faz na área em que o entorse continental sul-americano, o saliente nordestino do litoral brasileiro, se projeta para a protuberância da África Ocidental; seria, portanto, uma reta inclinada ligando Natal, no Brasil, a Dacar, no Senegal. O Atlântico Sul é então o espaço marítimo compreendido entre três frentes continentais: América, África e Antártica, e delimitado por três corredores imaginários: o do norte constituído pela zona de estrangulamento Natal-Dakar, e dois no sul, respectivamente entre a Antártica e as frentes continentais americana e africana, Estreito de Drake e Passagem do Cabo.

b. Breve histórico

A importância do Atlântico Sul para o Brasil remonta a fatos históricos que contribuíram para a formação e existência da nação brasileira. Esse espaço marítimo nos seus primórdios registra, em fases distintas, a ameaça de atores estrangeiros, tanto no litoral, como nas comunicações marítimas vitais. Foi alvo de invasões e incursões francesas e holandesas, por meio de corsários a serviço oficial, e da atuação inglesa contra o tráfico negreiro, com grave dano à soberania brasileira.

Registra-se para os Fenícios o crédito de terem sido os primeiros navegadores a singrar suas águas. Já no século XV, o controle do Mediterrâneo pelos Genoveses e Venezianos que juntamente com os Mouros monopolizavam o comércio de especiarias do Oriente para o mercado europeu, despertou a atenção da Espanha e Portugal para a necessidade de buscarem caminhos alternativos para as Índias. A Escola de Sagres em Portugal celebrou-se com o aperfeiçoamento da arte da navegação, as expedições marítimas foram intensificadas com conseqüentes descobrimentos e conquistas. Portugal se estabeleceu em Ceuta em 1415, na Ilha da Madeira em 1420, no arquipélago dos Açores em 1432 e assim por diante, com o estímulo da “Bula Intercoetera” promulgada pelo Papa



Alexandre VI em 1493, que estabelecia a exclusividade da navegação para os povos ibéricos. Assim, em 1488 foi dobrado o Cabo da Boa Esperança, fato marcante tanto quanto o fora à passagem do Cabo Bojador cinquenta e quatro anos antes. Seguiram-se a descoberta do caminho marítimo para as Índias (1497-1499) por Vasco da Gama e do Brasil, em 1500, por Cabral. De 1519 a 1522 ocorre a circunavegação do globo, feita por Fernão de Magalhães. Em seguida, as incursões dos piratas espanhóis, franceses, holandeses e ingleses, atraídos pelas riquezas descobertas na América e nas Índias, incentivados pelas dificuldades dos exploradores em defender suas novas colônias e prover segurança às suas frotas de transporte marítimo, vêm a incrementar a navegação na região do Atlântico Sul e despertar o interesse de diversas nações pelas possibilidades das novas terras incorporadas ao mundo da época.

No século XVIII, com o surgimento do navio a vapor e conseqüente incremento à navegação, o Atlântico transformou-se numa das principais rotas marítimas do comércio europeu. Em 1772, inicia-se a exploração da Antártica pelo inglês James Cook, seguido após por outros ingleses, norte-americanos e alemães. Entretanto, sua importância estratégica foi reduzida no cenário mundial a partir da abertura dos canais do Suez em 1869 e do Panamá em 1914.

Os dois conflitos mundiais trazem à região combates de porte notável. Os navios e submarinos corsários do eixo reavivaram a ameaça semelhante àquela outrora devida aos piratas. Em Junho de 1982 ocorre o último fato militar marcante na história do Atlântico Sul com os combates navais e aeronavais entre Argentina e Inglaterra na denominada guerra das Malvinas. (Cyrino, 1994: 38)

Nos dias de hoje o Atlântico Sul tem sua relevância aumentada em decorrência do desenvolvimento dos países que nele estão situados e pela crescente necessidade mundial de energia, que pode ser satisfeita pelos recursos petrolíferos existentes na África e na plataforma continental do Brasil.

c. Aspectos geoestratégicos

Para o Brasil, que possui 7.737 km de costa, a maior costa neste oceano², a análise geoestratégica do Atlântico Sul permite identificar algumas vulnerabilidades. A costa norte até o Caribe e a parte norte do Atlântico, além de compreender a foz do rio Amazonas, cuja

² Países com grandes dimensões de costa no Atlântico Sul: Argentina-2.400 km; Namíbia-1.500 km e Angola-1.400 km.



bacia permite a penetração a todo território amazônico de quem vem pelo mar, é também o acesso para os mais importantes pólos do comércio mundial, como os Estados Unidos da América e a União Européia, para onde escoam a maior parte do fluxo de mercadorias. A costa nordeste projeta-se em direção à África, estreitando o oceano e reduzindo a distância entre os dois continentes para cerca de 2.900 km, constituindo-se numa área de elevado valor estratégico, amplamente utilizada na II Guerra Mundial pelos norte-americanos. As costas leste e sul permitem acesso ao Rio da Prata, à Antártica e às Passagens de Drake e do Cabo da Boa Esperança. Essas passagens são divisores de águas estratégicos, constituem-se nas únicas alternativas por via marítima de interligação natural entre o Atlântico Norte e os Oceanos Pacífico e Índico, em caso de interrupção do tráfego nos canais do Panamá e de Suez.

No aspecto orográfico, destacam-se as emersões de terras que ocorrem nas costas africana e americana, formando dois triângulos de significativo valor geopolítico e geoestratégico, com o posicionamento das ilhas Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha de um lado, e Fernando de Noronha, Trindade e Malvinas do outro. As ilhas *Shetlands do Sul*, *Orcadas do Sul* e *Sandwiches* formam uma curva próxima ao Círculo Polar Antártico e da própria Antártica e que, juntamente com as ilhas de *Gough* e *Georgia*, constituem o terceiro triângulo geoestratégico do Atlântico Sul (Castro, 1996: 23-27). Esse cordão de ilhas estrategicamente posicionado permite ao Reino Unido uma posição ímpar no Atlântico Sul, podendo interferir nas principais linhas de comunicação marítimas que cruzam esse oceano. Merece destaque especial a ilha de Ascensão, por ser uma posição estratégica por excelência, a partir da qual as forças britânicas foram capazes de projetar poder sobre a região por ocasião do conflito das Malvinas. O esforço empreendido pelos ingleses para a retomada do arquipélago das Malvinas, em 1982, evidencia a importância atribuída àquela posição.

Topograficamente, a plataforma continental é estreita em, praticamente, todo o litoral sul-atlântico. Destacando-se que a plataforma continental argentina é a que apresenta as maiores extensões com larguras variando dos 275 aos 800 quilômetros. Há, também, profundidades abissais com mais de 5.500 metros, que se situam a distâncias relativamente curtas, quer de um litoral, quer de outro; de um lado estão as depressões ou Bacias do Brasil e da Argentina, do outro as Bacias do Congo e do Cabo (Castro, 1996: 21).



d. Os interesses da Marinha do Brasil no Atlântico Sul

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar permite definir a parte do Atlântico Sul sob jurisdição do Brasil como sendo: o Mar Territorial, com 12 MN de largura, onde o país tem soberania plena; a Zona Contígua, também com 12 MN de largura, a partir do limite do Mar Territorial, na qual não tem soberania plena, mas tem alguns direitos, como, por exemplo, o de fazer valer as legislações tributárias, aduaneiras, sanitárias e o direito “de perseguição”; a ZEE, com 188 MN a partir dos limites do Mar Territorial, onde o Brasil tem direito exclusivo de exploração dos recursos vivos e não-vivos do solo e subsolo marinhos e das águas sobrejacentes; e a Plataforma Continental que pode exceder as 200 MN, até o limite de 350 MN, onde tem, também, exclusividade para a exploração do leito e subsolo do mar. Ressalta-se que alguns países, como Estados Unidos da América (EUA)³, Peru e Venezuela, dentre outros, deixaram de assinar ou ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar por considerarem que alguns dos seus dispositivos são contrários aos seus interesses (Silva Filho, 2008: 37, 38).

A ZEE mais a extensão da Plataforma Continental representam um acréscimo de cerca de 4.500.000 km² ao espaço econômico do Brasil (Apêndice 5), e corresponde à metade de seu território, esta área vem sendo chamada de “Amazônia Azul”⁴, pela Marinha do Brasil, e é onde estão sendo conduzidas ações consoantes os interesses do país relacionadas a seguir (Moura Neto, 2008):

- *Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)*: Este Plano foi iniciado em Junho de 1987 e em Agosto de 2004, após dezessete anos de intensos trabalhos, envolvendo 230.000 km de perfis levantados, os dados coletados permitiram que a proposta do Brasil fosse apresentada à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), da Organização das Nações Unidas (ONU), contendo o pleito de uma área, além das duzentas milhas da ZEE, com aproximadamente 950.000 km². A CLPC formalizou sua decisão ao Governo brasileiro sob a forma de recomendações⁵, segundo as quais o Brasil

³ Em Maio de 2007, o Presidente G. W. Bush mencionou que o Congresso Norte-Americano deveria aprovar a convenção com urgência (Silva Filho, 2008: 38).

⁴ O Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, ex-Comandante da Marinha, comparando a parte do Atlântico Sul sob jurisdição do Brasil com a Amazônia Verde, intitulou essa região de “Amazônia Azul”.

⁵ Embora a CLPC tenha concordado com a extensão dos limites exteriores da plataforma continental proposta para o Platô de São Paulo, o mesmo não ocorreu com relação a outras áreas marítimas específicas. Não houve concordância integral com as proposições relativas ao Cone do Amazonas, às Cadeias Norte-Brasileira e Vitória-Trindade e à Margem Continental Sul, deixando a Comissão de anuir com cerca de 25% da área inicialmente pretendida pelo Brasil.



poderá apresentar nova proposta que, sendo aceita, permitirá a incorporação de, no mínimo, 700.000 km² e, no máximo, 950.000 km², em valores aproximados (Abreu, 2008).

- *Programa Arquipélago*: Este Programa está centralizado na Estação Científica do Arquipélago São Pedro e São Paulo, cuja manutenção e apoio logístico competem à Marinha do Brasil, o Programa conta com a participação de cerca de quatrocentos pesquisadores brasileiros, que já estiveram naquele grupo de ilhas rochosas, a mais de 1.000 km do litoral nordeste do país, desenvolvendo projetos nas áreas de Oceanografia, Biologia, Recursos Pesqueiros, Meteorologia, Sismografia, Geologia e Geofísica. O guarnecimento permanente dessa Estação garantiu o reconhecimento da ZEE em torno do Arquipélago.

- *Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)*: O Programa tem como um de seus objetivos permitir que o Brasil tenha voz ativa quando a comunidade internacional for discutir os destinos daquele continente gelado, que exerce grande influência no clima do Brasil. Para tal, o país, desde 1983, mantém na região a Estação Antártica “Comandante Ferraz”, mantém também uma estrutura de apoio logístico móvel, composta, hoje, pelo Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel” e helicópteros. Ainda como parte deste Programa, o país adquiriu, em 2009, o Navio Polar “Almirante Maximiano”, que será integrado aos meios que compõem o apoio logístico ao PROANTAR.

- *Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Captura dos Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE)*: Programa concluído que inventariou as espécies e estabeleceu os potenciais de captura sustentáveis em 95% das águas jurisdicionais brasileiras, contribuindo para o ordenamento do setor pesqueiro do país e, conseqüentemente, para o aumento da produção de alimentos retirados do mar, entretanto, segundos dados consolidados em 2006, o setor pesqueiro brasileiro permanece praticamente em atividades artesanais e representa aproximadamente 0,4% do PIB (Natário Neto, 2006), enquanto as estimativas de potencialidade apontam para valores muito superiores. Segundo a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca este quadro poderá reverter-se, principalmente, se forem implantados programas de diversificação e modernização da frota de pesca oceânica que permitam marcar uma maior presença no oceano Atlântico, como forma de assegurar as cotas de captura, em especial de atuns e afins. A produção brasileira de pescados, se incentivada, poderá elevar, nos próximos anos, a produção de novecentos e oitenta e cinco mil (em 2007) para um milhão e quatrocentos toneladas/ano.



Entretanto, dentro das Águas Jurisdicionais Brasileiras, nas áreas mais afastadas, onde se pratica a pesca de espécies demersais⁶, é necessária constante vigilância para evitar a presença não autorizada de embarcações estrangeiras.

- *Programa de Monitoramento Oceanográfico*: Programa que vem propiciando a produção de conhecimentos e de um banco nacional de dados que permitem a melhoria das previsões meteorológicas, indispensáveis aos processos decisórios sobre a utilização eficaz dos recursos do mar.

e. As importantes linhas de comunicações marítimas

Mais de 95% do comércio exterior brasileiro é transportado por via marítima (Vidigal, 1997: 107). Com dados consolidados até Dezembro de 2008, o comércio exterior do Brasil teve um valor de US\$ 371,1 bilhões (Brasil, 2009). Entretanto, este dado não encerra em si a importância financeira que ele representa. Em tempos de globalização, os próprios produtos brasileiros empregam insumos importados, de modo que interferências com o livre trânsito no Atlântico Sul podem levar, rapidamente, o país ao colapso.

Neste contexto, as principais rotas marítimas de interesse brasileiro, além da navegação de cabotagem ao longo de todo o litoral, são aquelas onde o fluxo de mercadorias do comércio internacional escoar para os seguintes pontos: América do Norte e Central, Europa, Golfo da Guiné, Golfo Pérsico e Oriente pelo Cabo da Boa Esperança, e para o Pacífico pelo Estreito de Magalhães.

A importância que o Atlântico Sul tem para o Brasil, bem como a importância do Brasil para com o Atlântico Sul é melhor compreendida por meio do exame das linhas de comunicações marítimas (Vidigal, 1997: 106):

- Rota dos portos do Brasil para o Mediterrâneo e portos ocidentais da Europa e portos da América do Sul. Por esta rota passam mais de 50% das exportações brasileiras.

- Rota dos portos da América do Sul para portos no Caribe e no golfo do México. Por esta rota passa uma parcela das exportações brasileiras e é também rota de importações brasileiras de petróleo.

- Rota do oceano Índico e Extremo Oriente para o Brasil e vice-versa. Por esta rota passa grande parte das importações brasileiras de petróleo do Golfo Pérsico, e também passa parte das exportações brasileiras, principalmente de minério de ferro para o Extremo

⁶ Demersais são animais aquáticos que tem capacidade de locomoção ativa e vivem a maior parte do tempo em associação com o substrato, quer em fundos arenosos ou em fundos rochosos. Exemplos: linguados e garoupas.



Oriente.

- Rota dos portos do Brasil para o Golfo da Guiné. Por esta rota passam as importações brasileiras de petróleo.

- Rota do oceano Índico ou Extremo Oriente para o Caribe, portos do golfo do México e portos da costa leste dos EUA. Por esta rota passam importações do petróleo para os EUA.

- Rota do oceano Índico ou Extremo Oriente para o Mediterrâneo e portos ocidentais da Europa. Por esta importante rota passam petróleo e materiais estratégicos para a Europa.

É relevante mencionar que, além da dependência de extensas linhas de comunicações marítimas, a vulnerabilidade do Brasil se acentua pela inexistência de uma marinha mercante compatível com suas necessidades, cujos reflexos são muito bem retratados pela inexpressiva parcela de mercadorias do comércio internacional transportada por navios de bandeira brasileira. Assim, desde os tempos de paz existe a dependência de navios estrangeiros para manter o fluxo de mercadorias essencial à economia do Brasil.

f. O petróleo da plataforma continental do Brasil⁷

Em relação à produção de petróleo ressalta-se que nos últimos doze anos a produção no Brasil tem aumentado de forma consistente (Figura I), em 2007 registrou um quantitativo de 2,28 milhões de barris de petróleo por dia (bp/d), a segunda maior produção da América do Sul (Figura II) e cerca de 5% maior que a registrada em 2006. Por outro lado o consumo de petróleo no país é alto, em 2007 foi de 2,37 milhões bp/d. Estima-se que em 2009 o quantitativo de petróleo produzido no Brasil seja maior do que o consumido, em 2008 já foram produzidos 2,41 milhões bp/d, e em 2009 a produção deverá atingir 2,72 milhões bp/d, devido ao grande investimento do país em projetos de exploração de petróleo.

A maior parte dessa produção brasileira é extraída de campos marítimos no litoral sudeste do país, principalmente das Bacias de Campos e Santos, que responderam por 91,7% da produção marítima e 81,6% da produção total nacional no final do ano 2007.

⁷ Os dados estatísticos, as estimativas e os gráficos contidos nesta seção do trabalho foram obtidos da EIA, *Energy Information Administration Official Energy Statistics from the U.S. Government*. [referência de 06 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.eia.doe.gov/emev/cabs/enerBrazil/pdf.pdf>>; e do Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2008, da Agência Nacional de Petróleo do Brasil. [referência de 10 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.anp.gov.br/doc/anuario2008/Secao2.pdf>>

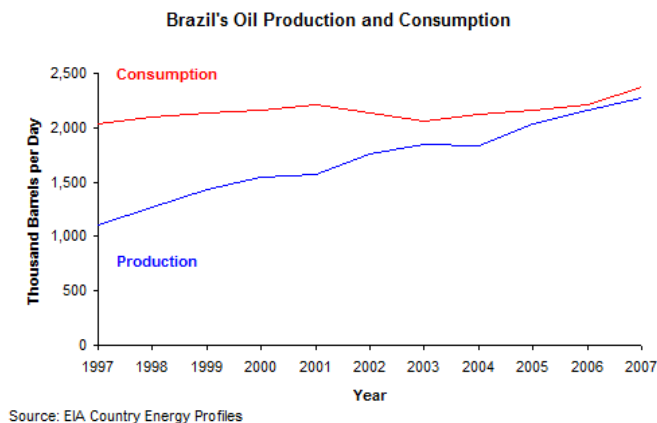


Figura I

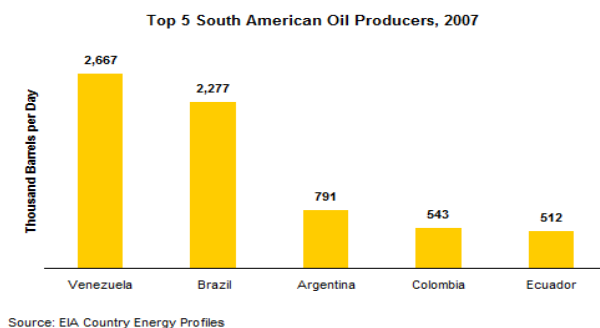


Figura II

Em 2007, as reservas provadas de petróleo corresponderam a 12,6 bilhões de barris, a segunda maior reserva da América do Sul após a Venezuela e a 15ª posição no *ranking* mundial. Dessas reservas 93% localizam-se no mar, com destaque para o estado do Rio de Janeiro que detém 86,7% das reservas provadas na plataforma continental. Alguns dos campos petrolíferos já se afastam a 255 km da costa e as profundidades de extração de petróleo são cada vez maiores, já se extrai petróleo em águas com profundidades superiores a 1.800 metros.

Importa citar que caso sejam confirmadas as descobertas das reservas gigantes da camada pré-sal⁸, anunciadas pela PETROBRÁS, as reservas de petróleo brasileiras podem chegar a 56 bilhões de barris. Vários campos e poços de petróleo já foram descobertos na camada pré-sal, entre eles o de Tupi, o principal, e os nomeados Guará, Bem-Te-Vi, Carioca, Júpiter e Iara, entre outros. O campo de Tupi tem uma reserva estimada pela

⁸ É uma faixa que se estende ao longo de 800 km entre os Estados do Espírito Santo e Santa Catarina, abaixo do leito do mar, e engloba três bacias sedimentares (Espírito Santo, Campos e Santos). O petróleo encontrado nesta área está a profundidades que superam os 7 mil metros, abaixo de uma extensa camada de sal que, segundo geólogos, conservam a qualidade do petróleo.



PETROBRAS entre 5 bilhões e 8 bilhões de barris de petróleo, sendo considerado uma das maiores descobertas do mundo dos últimos anos.

É relevante destacar o acréscimo patrimonial que tal descoberta representa além dos aspectos estratégicos para o desenvolvimento, e também que esse aumento de atividade petrolífera acarreta incrementos na navegação de apoio à exploração e na construção naval, e cria expectativas de crescimento para ambos os setores.

Em relação ao controle dessa atividade exploratória importa citar que até 1997 a PETROBRÁS, empresa estatal, manteve o monopólio das atividades de exploração de petróleo no Brasil e apesar da abertura ao setor privado a empresa ainda domina o setor petrolífero brasileiro, controlando mais de 95% do petróleo produzido no Brasil.

g. O petróleo e a nova importância estratégica do Atlântico Sul

Entre os aspectos que têm elevado o grau de importância relativa da região no contexto mundial está o significativo nível de investimentos financeiros realizados em países da região por empresas estrangeiras e multinacionais em face da disponibilidade de um mercado consumidor em crescimento e da existência de matérias primas consideradas essenciais para a economia mundial. O crescimento da produção de petróleo do Brasil e dos países da África Ocidental, em boa parte da plataforma continental, vem aumentando a importância estratégica do Atlântico Sul (Pesce, 2008: 99). Verifica-se que essa região está assumindo um relevante papel como plataforma petrolífera com significado mundial e como "corredor" de fornecimento alternativo. É hoje o principal espaço marítimo aberto que desponta na produção de petróleo, com facilidade logística e de resposta rápida para as potências ocidentais do Norte, em particular para os EUA. "(...) No caso de agravamento da situação no Mediterrâneo, no Golfo Pérsico ou no estreito de Bósforo (por efeito de alterações na Turquia e turbulência no Mar Negro), e numa eventual perda total de controle da situação no Mar das Caraíbas (turbulência na Venezuela, o segundo maior produtor latino-americano depois do México, e na Colômbia), para se perceber como o Atlântico Sul pode ser uma verdadeira válvula de segurança(...)"(Rodrigues, 2002). Entretanto, mesmo não ocorrendo o agravamento da situação no Mediterrâneo ou do estreito de Bósforo, as reservas da vertente ocidental do Atlântico Sul poderiam contribuir para a redução da dependência dos EUA em relação ao petróleo do Oriente Médio (Pesce, 2008: 99).



Assim, apesar da importância do Golfo Pérsico⁹ no Oriente Médio, região que concentra a maior parte das reservas provadas de petróleo do Planeta, representando 61% com volume equivalente a 755,3 bilhões de barris (Anuário, 2008), da Rússia e do Mar Cáspio, que detêm 13% da produção mundial (Anuário, 2008), o espaço estratégico do Atlântico Sul, paulatinamente, vai adquirindo uma maior importância no interesse internacional.

(...) Podemos admitir que estamos assistindo a uma disputa velada pelo controle geoeconômico do petróleo desta região que abrange nomeadamente os campos petrolíferos africanos do Golfo da Guiné e da África subtropical e as bacias petrolíferas da plataforma continental do Brasil (...)(Rodrigues, 2002). O quadro do Apêndice 3 apresenta o potencial petrolífero que alguns países africanos já possuíam em 2004.

Essa posição do Atlântico Sul poderá reforçar-se ainda mais com uma acentuação da exploração dos campos petrolíferos em águas profundas e ultra-profundas. A Nigéria, o Brasil e Angola não estão entre os 10 maiores produtores mundiais, mas sim no escalão seguinte, com a produção diária entre os 2,5 milhões e os 1,9 milhões de barris de petróleo (Anuário, 2008). No entanto, Nigéria e Angola pertencem à Organização dos Países Exportadores de Petróleo¹⁰ (OPEP); a Nigéria é o 10º exportador mundial e está entre os países com maiores reservas provadas. Em Angola o crescimento da produção de petróleo permitiu ao país em 2008 atingir a marca de 1,9 milhões de barris de petróleo diários (Casalinho, 2008).

Em termos de produção petrolífera o Atlântico Sul produz mais do que o Mar do Norte europeu, com destaque para a Nigéria, Brasil e Angola, cuja produção ultrapassou a produção conjunta da Noruega e do Reino Unido (Rodrigues, 2002).

Nos EUA, de acordo com os dados estatísticos da EIA para o ano de 2007, a produção de petróleo foi de 5,1 milhões de barris de petróleo por dia (MMb/d), a terceira maior do mundo, representando 10% do petróleo produzido no Planeta. Nesse mesmo ano os norte-americanos consumiram 24% da produção mundial, importando 13,5 MMb/d, tendo o Golfo Pérsico representado somente 16% dessa importação. Os cinco maiores exportadores de petróleo para os EUA foram: Canadá (18,2%); México (11,4%); Arábia Saudita (11,0%); Venezuela (10,1%) e Nigéria (8,4%) (EIA, 2008). É importante ressaltar que o México foi, em 2007, o segundo maior exportador de petróleo para os EUA,

⁹ Países do Golfo Pérsico: Bahrain, Irã, Iraque, Kuwait, Qatar, Arábia Saudita, e Emirados Árabes.

¹⁰ Participam da OPEP os seguintes países: Argélia, Angola, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Equador, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Qatar e Venezuela (OPEC, 2009).



entretanto as reservas mexicanas caíram constantemente ao longo dos últimos dez anos, de 2006 para 2007 foram reduzidas em 5,2% (Anuário, 2008).

Consumption, Production, and Import Trends (1950-2007)

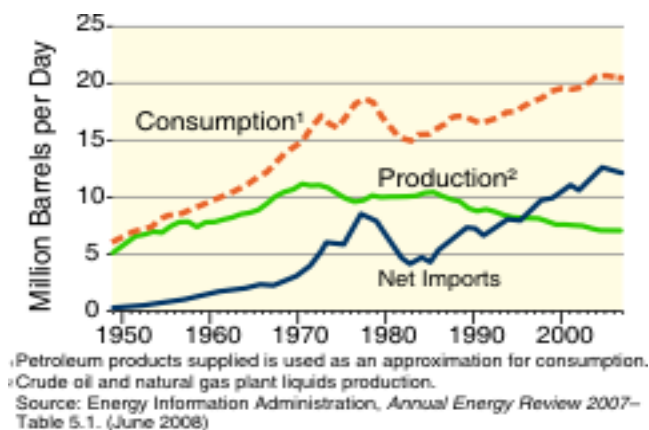


Figura III (EIA, 2008)

Verifica-se na Figura III a crescente dependência norte-americana do petróleo importado. Nos últimos 57 anos o *consumo* e a *importação* de petróleo foram crescentes e nos últimos 20 anos ocorre uma queda constante na *produção*.

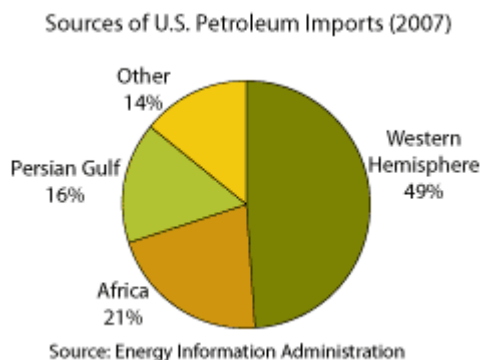


Figura IV (EIA, 2008)

Neste contexto, a conjuntura atual pode evoluir para se opor aos interesses dos EUA no que diz respeito às fontes alternativas de petróleo no Atlântico Sul. A África, em particular, representa hoje 21% dos fornecimentos (Figura IV) e poderá em 2015 representar 25%, segundo o "National Intelligence Council" (Sébillé-Lopez, 2007: 119).

Alguns dos países africanos produtores de petróleo são exportadores na casa dos 80 a 95% e têm os EUA como principal cliente; a Nigéria exporta cerca de 50% para aquele destino e o petróleo do golfo da Guiné, de excelente qualidade, é compatível com as



refinarias americanas da costa leste (Séville-Lopez, 2007: 125, 126). Por outro lado a China tem em Angola o seu segundo maior fornecedor de petróleo, atrás somente da Arábia Saudita (Tomé, 2009). Algumas regiões petrolíferas assumem uma maior importância estratégica neste novo contexto geoeconômico, como por exemplo, Cabinda que responde por 2/3 da produção petrolífera de Angola, Bioko na Guiné Equatorial ou a Península de Bakassi, cedida pela Nigéria a Camarões, em agosto de 2008, após anos de disputa pela soberania da península. O mesmo se passa com os vários arquipélagos e ilhas atlânticas do sul, umas como pontos de passagem para as novas rotas do petróleo outras com potencialidades para a exploração petrolífera. Verifica-se assim que a Guiné Equatorial, as ilhas do Brasil e as ilhas sob administração inglesa passam a ter um papel geoestratégico mais importante do que tinham no tempo da Guerra Fria ou mesmo na primeira década depois da queda do Muro de Berlim.

Esse aumento de importância estratégica poderá resultar numa militarização forçada do Atlântico Sul, pelo crescimento da presença naval em suas águas, ou pela instalação, em países da área, de bases dos EUA e de seus aliados (Pesce, 2008: 99). Ressalta-se que o incremento da atividade econômica relacionada com o petróleo da plataforma continental brasileira traz responsabilidades maiores de vigilância e proteção para a Marinha, por ser a mesma, no Brasil, quase que exclusivamente realizada na ZEE, onde a Marinha possui a tarefa de proteção dos interesses marítimos nacionais. Importa citar que para apoiar essa atividade há uma vasta estrutura material de apoio estabelecida no mar, compreendendo sondas e plataformas de prospecção dos mais diversos tipos, representando um bem de expressivo valor, cabendo também ao Poder Naval a sua proteção.

h. Considerações parciais

Atualmente o Atlântico Sul tem sua relevância aumentada em decorrência do desenvolvimento dos países que nele estão situados e pela crescente necessidade mundial de energia, que pode ser satisfeita pelos recursos petrolíferos existentes na África e na plataforma continental do Brasil. Nesse contexto a Marinha do Brasil vem conduzindo ações coerentes com os seus interesses na Zona Econômica Exclusiva e na Plataforma Continental.

A maior parte do comércio exterior brasileiro é realizada por via marítima, transportado por navios de bandeira estrangeira. Essa dependência é particularmente especial em tempos de globalização, pois os próprios produtos brasileiros empregam



insumos importados, de modo que interferências com o livre trânsito sobre os mares podem levar o país, rapidamente, ao colapso.

Em 2008 as reservas provadas de petróleo brasileiras foram a segunda maior da América do Sul, sendo que a atual capacidade de exploração de petróleo deverá tornar o Brasil auto-suficiente em 2009; por outro lado, a dependência norte-americana do petróleo importado é crescente. Em termos de produção petrolífera o Atlântico Sul já produz mais do que o Mar do Norte europeu, com destaque para a Nigéria, Brasil e Angola, que ultrapassaram o peso conjunto da Noruega e do Reino Unido. O aumento dessa atividade petrolífera traz responsabilidades maiores para a Marinha do Brasil, que tem como tarefa proteger os interesses marítimos nacionais, tais como à navegação de apoio à exploração petrolífera e a vasta estrutura material de apoio estabelecida no mar, composta por bens de alto valor.

Verifica-se que o Atlântico Sul passa a ter uma maior importância estratégica como plataforma petrolífera com significado mundial. É hoje o principal espaço marítimo aberto no campo do petróleo, com facilidade logística e de resposta rápida para as potências mundiais, em particular para os EUA.

Desta forma considera-se que a Hipótese 1 fica validada.

“Podemos considerar que os recursos econômicos atualmente conhecidos do Atlântico Sul, principalmente àqueles relacionados aos novos campos de petróleo, alteraram a importância estratégica do Atlântico Sul.”

3. A relação entre os países do Atlântico Sul

São considerados neste trabalho que do condomínio do Atlântico Sul participam vinte e oito países, sendo vinte e um africanos, África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, Senegal, Serra Leoa e Togo, quatro sul-americanos, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai e três com presença marcante na área, nomeadamente a França, o Reino Unido e os EUA. O Apêndice II apresenta um quadro sintético contendo a caracterização desses países africanos e sul-americanos com interesses diretos nesse oceano.

a. Países com presença no Atlântico Sul

A França mantém na África acordos de defesa com o Camarões, a Costa do Marfim, o Gabão, a República Centro-Africana, o Djibuti, o Togo e o Senegal, onde



mantém uma base militar com cerca de 1.200 soldados das três Forças Armadas, Marinha, Exército e Força Aérea (Panapress, 2008). O porto de Dakar é um tradicional ponto de apoio operativo francês, com capacidade para receber considerável número de unidades navais. No continente sul-americano, está presente na Guiana Francesa, onde conta com um destacamento naval de capacidade reduzida.

O Reino Unido tem grande interesse estratégico no Atlântico Sul, onde está presente nos territórios insulares ocupados na época em que era um grande império colonial. Encontram-se sob soberania britânica as ilhas ou arquipélagos de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e Órcadas do Sul. Esses pontos de apoio fixo, aliados a um apoio logístico móvel eficiente, conferem à Marinha britânica a capacidade de operar no Atlântico Sul afastada de suas bases.

Os EUA utilizam as instalações militares da Base Aérea da Ilha de Ascensão, sob controle britânico, cujo valor estratégico foi demonstrado na chamada “Guerra das Malvinas”. Além da vigilância realizada por meio de satélites e aeronaves, o Poder Naval norte-americano está presente no Atlântico Sul principalmente devido às atividades operativas empreendidas em conjunto com as marinhas sul-americanas. Em 2008 foi reativada a IV Esquadra¹¹, que tem o Atlântico Sul como “Teatro de Operações” natural e onde operou durante a Segunda Guerra Mundial.

b. Principais tratados e acordos

Os acordos e tratados que têm maior relevância na relação entre os países do Atlântico Sul são os seguintes:

(1) Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)

A ZOPACAS¹² foi aprovada por iniciativa brasileira na Resolução da Assembléia da ONU, em 27 de Outubro de 1986, com mais de cento e vinte votos favoráveis, oito abstenções (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda e Portugal) e o voto contrário do EUA, por contrariar seus interesses.

¹¹ Orgânica da *U.S.Navy*, a IV Esquadra subordina-se operacionalmente ao Comando Sul (*Southern Command*) das Forças Armadas dos EUA, cuja área de atuação inclui o Caribe e as Américas Central e do Sul.

¹² A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) conta com 24 integrantes: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.



Do ponto de vista político a criação da ZOPACAS provocou algum impacto à época, estabelecendo canais de comunicação entre os países membros e embasando a cooperação em princípios solidários e humanistas. Por outro lado, ocasionou reservas por parte de alguns países ocidentais desenvolvidos. Os EUA, por exemplo, preocuparam-se com o direito de passagem de embarcações militares em áreas internacionais e o Reino Unido com a problemática em torno da soberania das Ilhas Malvinas. No entanto, todas as reservas foram neutralizadas, mediante a reafirmação dos princípios pacifistas que inspiraram o estabelecimento desse fórum.

A primeira Reunião Ministerial da ZOPACAS foi realizada no Rio de Janeiro, em 1988. As reuniões subseqüentes tiveram lugar em Abuja (1990), Brasília (1994), Somerset West (1996), Buenos Aires (1998) e Luanda (2007). O processo de revitalização da ZOPACAS teve início na Reunião Ministerial de Luanda, momento de inflexão na história da Zona de Paz. A Declaração Ministerial e o Plano de Ação de Luanda apontaram para diversas áreas nas quais poderiam ser fortalecidos os esforços de cooperação da Zona de Paz. Para tanto, foram criados grupos de trabalho nas áreas de cooperação econômica, operações de manutenção da paz, temas ambientais e marítimos e combate a ilícitos transnacionais. O Brasil coordena, atualmente, o Grupo de Trabalho “ad hoc” para Cooperação Econômica, sendo que a próxima Reunião Ministerial da ZOPACAS terá lugar em Montevidéu em 2009 (Ministério, 2009).

“A política brasileira de preservar a paz estimulou o desenvolvimento da cooperação regional por meio da conclusão de acordos de natureza técnica, política, estratégica e econômica. E incluiu ainda a cooperação militar, levada a termo mediante o intercâmbio e manobras conjuntas da Marinha do Brasil com seus homólogos do Gabão, da Costa do Marfim e da Nigéria, em 1987” (Colombo, 1986).

A Marinha do Brasil adota os seguintes posicionamentos em relação a ZOPACAS (Moura Neto, 2008):

- tomar parte ativa nas discussões, de forma a contribuir para que os interesses brasileiros relacionados ao mar sejam preservados, bem como assegurar que as ações a serem desenvolvidas pela Marinha do Brasil, em apoio às recomendações estabelecidas, possam ser implementadas;
- evitar que a ZOPACAS cerceie a realização de operações da Marinha do Brasil com outras marinhas extras-regionais;



- que a preservação do meio-ambiente nas águas jurisdicionais deva ficar afeta a cada país-membro; e
- que a desnuclearização da ZOPACAS não deva implicar restrições ao uso pacífico da energia nuclear, inclusive na propulsão de navios.

(2) Tratado de Assunção (MERCOSUL)

A história deste tratado tem início em 6 de Junho de 1990, quando o Brasil e a Argentina assinaram a Ata de Buenos Aires, mediante a qual fixaram a data de 31/12/1994 para a formação de um mercado comum entre os dois países. Em Setembro de 1990, Paraguai e Uruguai foram convidados para se incorporarem ao processo de integração. Em 26 de Março de 1991 é firmado o “Tratado de Assunção”, tratado constitutivo do bloco, que forneceu as condições para dar início ao processo de formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) a partir do Programa de Liberação Comercial progressivo de eliminação de barreiras não tarifárias ao comércio (Seixas, 2008: 13).

Assim, o MERCOSUL é um amplo projeto de integração concebido por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Envolve dimensões econômicas, políticas e sociais, o que se pode inferir da diversidade de órgãos que ora o compõem. No aspecto econômico assume, hoje, o caráter de União Aduaneira, mas seu fim último é constituir-se em verdadeiro Mercado Comum.

De acordo com o artigo 1º do Tratado de Assunção o MERCOSUL implica a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente. Em matéria de política tarifária, o MERCOSUL conta, desde 1995, com uma Tarifa Externa Comum que abrange todo o universo de produtos comercializados com terceiros países.

Os Estados Partes são Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela é Estado Parte em processo de adesão e se tornará membro pleno uma vez que esteja em vigor o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL.

Os Estados Associados são Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Sua existência justifica-se em função do compromisso do MERCOSUL com o aprofundamento do processo de integração regional. Os Estados Associados podem participar, na qualidade de convidados, das reuniões dos órgãos da estrutura institucional para tratar temas de interesse comum, mas sem direito a voto.



“O MERCOSUL possui um forte sentido político e estratégico, visivelmente relacionado ao restabelecimento da democracia na região e com a necessidade de reverter uma certa tendência a confrontação entre o Brasil e a Argentina, que se havia manifestado de forma recorrente através da história” (Seixas, 2008: 12).

(3) Acordos decorrentes do MERCOSUL

O Chile e a Bolívia conscientes da necessidade de formar um espaço econômico ampliado e ante a possibilidade de atuar como elementos de integração econômica, protocolaram acordos de complementação econômica entre ambas as nações e o MERCOSUL. Em 25 de Junho de 1996, foi assinado o acordo de Complementação Econômica com o Chile, situação que a Argentina sempre mostrou interesse por duas razões, se por um lado suas economias eram complementárias, no aspecto político via a incorporação desse país ao MERCOSUL como uma possibilidade de aprofundamento da relação entre os países como elemento capaz de contribuir positivamente para a resolução pacífica de divergências ligadas aos problemas de fronteiras existentes entre ambos os Estados. Este fato, também, iria contribuir para reforçar a imagem internacional de um Cone Sul livre de conflitos territoriais (Seixas, 2008).

Em 1996, na reunião de chefes de Estado dos países do MERCOSUL, foi assinada a chamada “cláusula democrática”, onde os quatro Estados se comprometeram a adotar uma série de medidas para o caso de surgirem, em algum deles, ameaças à estabilidade democrática. As medidas acordadas incluíam até a possibilidade de exclusão do bloco, caso isso viesse a ocorrer com algum dos membros.

Em Dezembro de 1996, a Bolívia e o MERCOSUL firmaram um Acordo de Complementação Econômica, onde era incluído um programa de liberalização comercial paulatina e automática. Outro evento relevante foi o Acordo-Marco para a criação da Zona de Livre Comércio com a Comunidade Andina (CAN), ocorrido em 16 de Abril de 1998.

Em 24 de Julho de 1998, foi assinada a Declaração Política do MERCOSUL, a Bolívia e o Chile como Zona de Paz, que registra entendimento no sentido de fortalecer os mecanismos de consulta e cooperação sobre temas de Segurança e Defesa existentes entre seus membros, e promover sua progressiva articulação.



(4) Conselho de Defesa Sul-Americano

Em 16 de Dezembro de 2008, na Bahia, a Cúpula Extraordinária da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)¹³, aprovou a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano¹⁴. A proposta, que foi apresentada pelo Brasil, sugere que os países da região tenham um foro dedicado à análise e discussão dos temas de defesa. Tal foro contribuirá para permitir consolidar o continente como zona de paz e cooperação, livre de conflitos, no momento em que a região ganha protagonismo no mundo. Um dos objetivos da UNASUL é a afirmação da identidade sul-americana e o Brasil realça a conveniência de que tal afirmação ocorra, também, no campo da defesa (UNASUL, 2009).

Destacam-se, entre as atribuições do Conselho de Defesa Sul-Americano, a implementação de medidas de fomento da confiança e da transparência e a coordenação de posições nos foros multilaterais sobre o tema. Cabe ressaltar que o Conselho não prevê a criação de exércitos comuns ou de forças conjuntas de caráter permanente, tendo em vista a inexistência de ameaças comuns, não se configurando numa aliança militar. Segundo o Ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, a própria participação conjunta em Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas não implica a criação de estruturas militares permanentes. O Conselho poderá tornar-se uma instância de agregação dos esforços existentes, de modo a organizar o que vem sendo feito em contatos bilaterais entre os países envolvidos e entre eles e a ONU (MRE, 2008).

Na base do Conselho estão os princípios e valores compartilhados pelos países da região, entre eles a não-intervenção em assuntos internos e o respeito à soberania, à autodeterminação e à integridade territorial dos Estados.

Segundo a nota nº 700 do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, emitida em 16/12/2008 (UNASUL, 2009), são objetivos gerais do Conselho de Defesa Sul-Americano:

- Consolidar a América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral de seus povos, e como contribuição à paz mundial;

¹³ Países membros da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL): Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, e Venezuela. A UNASUL pretende estabelecer uma zona de livre comércio continental com a união das duas organizações de livre comércio, Mercosul e Comunidade Andina de Nações, além do Chile, Guiana e Suriname, nos moldes da União Européia (Wikipédia, 2009).

¹⁴ A Declaração de Santiago do Chile, de 10 de Março de 2009, efetivamente criou o Conselho de Defesa Sul-Americano (Reis Rodrigues, 2009).



- Construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que considere as características sub-regionais e nacionais e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe; e

- Gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa.

E, entre outros, são objetivos específicos do Conselho de Defesa Sul-Americano:

- Avançar gradualmente na análise e discussão dos elementos comuns de uma visão conjunta em matéria de defesa;

- Promover o intercâmbio de informação e análise sobre a situação regional e internacional, com o propósito de identificar os fatores de risco e ameaça que possam afetar a paz regional e mundial;

- Contribuir para a articulação de posições conjuntas da região em foros multilaterais sobre defesa;

- Avançar a construção de uma visão compartilhada a respeito das tarefas de defesa e promover o diálogo e a cooperação preferencial com outros países da América Latina e do Caribe;

- Fortalecer a adoção de medidas de fomento da confiança e difundir as lições aprendidas;

- Promover o intercâmbio e a cooperação no âmbito da indústria de defesa;

- Estimular o intercâmbio em matéria de formação e capacitação militar, facilitar processos de treinamento entre as Forças Armadas e promover a cooperação acadêmica entre os centros de estudo de defesa;

- Compartilhar experiências e apoiar ações humanitárias, como a desminagem, a prevenção e mitigação de desastres naturais e a assistência às suas vítimas;

- Compartilhar experiências em operações de manutenção de paz das Nações Unidas;

- Intercambiar experiências sobre os processos de modernização dos Ministérios de Defesa e das Forças Armadas; e

- Promover a incorporação da perspectiva de gênero no âmbito da defesa.

c. A relação entre os países da região

A promoção da estabilidade regional é um dos objetivos da Política de Defesa Nacional do Brasil (Brasil, 2005:14) e entre os processos que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico do Brasil destaca-se a intensificação das relações com os países da América do Sul, da África Ocidental e com os países de língua



portuguesa. O fortalecimento desse processo de integração regional ocorre por meio de acordos, tratados, intercâmbios de pessoal nos assuntos relacionados à segurança marítima e a intensificação do comércio, facilitada, nos países africanos, pelos laços étnicos e culturais (Brasil, 2005: 8). Apesar da existência de alguns pontos de instabilidade, até aqui sem conseqüências consideráveis para a região, são poucos os contenciosos pendentes e os antagonismos históricos regionais entre os países da América do Sul. Os países do continente sul americano vêm apresentando um quadro de relativa estabilidade política, direcionando seus esforços na solução de problemas econômicos por que passam na atualidade (Flores, 2002: 64-65).

Entretanto, os conflitos clássicos entre o Brasil e os seus vizinhos, apesar de improváveis, não são de todo impossíveis. O agravamento de crises socioeconômicas poderá levar à instabilidade política e a regimes de cunho autoritário, que em passado não muito distante já se utilizaram de contenciosos para desviar a atenção de graves problemas internos. Outros aspectos conjunturais, externos ao continente, podem alterar esse quadro de estabilidade. Segundo o Almirante Vidigal (2008: 56, 73) existem questões que, hoje, se constituem no foco principal das preocupações mundiais: a crise energética, a crise da água, a crise do meio ambiente e a crise dos alimentos. Crises mundiais que refletem tensões para o continente e que tendem a aumentar com o passar do tempo.

Os conflitos irregulares, de cunho ideológico ou mesmo resultante da criminalidade transnacional ligada ao contrabando, ao tráfico de drogas, de armas ou ao terrorismo, também poderão extrapolar as fronteiras dos países de origem e trazer reflexos para o Brasil, especialmente nas regiões menos desenvolvidas e com baixa densidade demográfica, como é o caso da Amazônia. Da mesma forma as águas costeiras e o espaço aéreo também poderão ser alvo de ilicitudes dessa natureza, vindo a exigir o emprego operacional das Forças Armadas.

Na América do Sul, Brasil e Argentina são os dois atores de maior dimensão política e econômica da região, interessados nos benefícios que poderão advir com o desenvolvimento de um MERCOSUL forte, vêm procurando superar suas divergências de toda ordem por meio da negociação e do esforço diplomático.

O Uruguai não possui questões relacionadas a problemas fronteiriços com seus vizinhos, e vem historicamente adotando uma política de equilíbrio pendular em relação ao Brasil e a Argentina, ou seja, aproximando-se mais de um ou de outro de acordo com a



orientação política do governante que se encontre no poder, sem maiores conseqüências para as partes envolvidas.

Ainda no Cone Sul, Argentina e Chile resolveram a série de contenciosos territoriais que se arrastavam ao longo de décadas, e o quadro atual é bastante favorável à aproximação dos dois países.

Com relação às Ilhas Malvinas, o reatamento de relações diplomáticas entre a Argentina e a Inglaterra, bem como a assinatura de um acordo para exploração de petróleo ao redor das Ilhas, indicam uma disposição para a solução diplomática da questão. Para a Argentina, entretanto, a questão sobre a soberania das Malvinas não está encerrada, e sua posse permanece como um objetivo nacional permanente, o que poderá constituir-se, no futuro, num foco de tensão envolvendo toda a região.

No continente africano a instabilidade política é relevante. A existência de uma acentuada diversidade de grupos étnicos e religiosos, o relativamente recente processo de descolonização e delimitação de fronteiras, bem como a estrutura política interna dos países ainda em processo de amadurecimento, têm transformado a região, de uma forma geral, em palco de conflitos e focos de tensão em grande parte ainda não-solucionados. Entretanto, os conflitos existentes naquele continente até o momento não parecem apresentar potencial para um maior envolvimento brasileiro, exceto para o caso de composição de uma Força de Paz sob mandato da ONU, ou mesmo para proteção de bens e cidadãos brasileiros em áreas conflagradas, considerando a existência de empresas brasileiras de importância em países como a Nigéria e Angola.

Quanto aos países africanos de interesse para este trabalho, a África do Sul possui maior dimensão política e econômica. Localizada no sul do Continente Africano, seu território constitui-se num ponto de alto valor estratégico para as rotas comerciais entre o Atlântico e o Índico, abrangendo as trocas comerciais entre a Europa e o oriente. Além de importantes reservas minerais como ouro e diamantes, o país possui o maior e mais moderno parque industrial do continente. Apesar do significativo progresso econômico e da inserção das populações negras na vida política com o fim do “*apartheid*”, a sociedade sul africana vive ainda resquícios do extinto regime de segregação racial, cujos traços são perceptíveis no latente radicalismo de alguns grupos políticos. Cabe realçar que a aproximação política e econômica com a África do Sul tem se constituído numa das prioridades da política externa brasileira dos últimos anos.



Quanto aos demais países de interesse na região, Angola, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo e República Popular do Congo, são nações que se caracterizam, de uma forma geral, pela estrutura industrial ainda incipiente e economias baseadas na agricultura e na exploração de recursos minerais, sendo Nigéria, Angola e Congo detentores de importantes reservas de petróleo; Angola, Namíbia e Congo de reservas de diamantes e a Namíbia de reservas de urânio (Panapress, 2007).

A Política de Defesa Nacional ao tratar do ambiente regional e de seu entorno estratégico considera que o distanciamento geográfico dos focos de maior interesse mundial aponta para um Atlântico Sul livre de tensões e contenciosos (Brasil, 2005: 8). Entretanto, na medida em que os interesses vierem a se contrapor, especialmente no caso brasileiro, onde a importância da área marítima envolvida é fator determinante para a soberania e economia nacionais, é possível a ocorrência, num curto espaço de tempo, de pressões de toda ordem e até de conflitos, que poderão significar perdas irreparáveis se não respondidos na medida necessária.

Assim, apesar de o Atlântico Sul atualmente ainda não possuir a mais alta prioridade estratégica para as grandes potências, deve-se considerar a possibilidade de que ocorrendo o aprofundamento das crises internacionais ou o agravamento das condições sociais e econômicas nos países do Atlântico Sul, essas potências venham a intervir na região na defesa de seus interesses econômicos e estratégicos. E diversas potências extra-regionais possuem capacidade para atuar militarmente, por longos períodos, nessa área marítima vital para os interesses brasileiros. Além dos EUA, outros países com forças navais nucleadas em porta-aviões e alguma capacidade de apoio logístico móvel, a exemplo do Reino Unido, França e Espanha, poderão atuar no Atlântico Sul por períodos consideráveis. A atuação da marinha britânica durante a Guerra das Malvinas é o exemplo mais recente dessa possibilidade.

O elevado grau de incerteza que marca o contexto mundial na atualidade indica a necessidade de o Brasil possuir e manter um Poder Naval em condições de dissuadir agressões e incentivar a solução pacífica de controvérsias, e se necessário de defender os seus interesses tanto em áreas litorâneas como em todo o contexto regional.

d. Considerações parciais

A estabilidade existente na região do Atlântico Sul é fruto do bom relacionamento e do espírito de cooperação existente entre os blocos regionais, cooperação na qual o Brasil tem tido um destacado papel por meio de ações políticas pró-ativas que estimulam o



desenvolvimento econômico e fortalecem articulações que aumentam a integração regional.

A ZOPACAS estimulou o desenvolvimento da cooperação regional, por meio da conclusão de acordos de natureza técnica, política, estratégica e econômica, e incluiu ainda a cooperação militar. O MERCOSUL possui um forte sentido político e estratégico, visivelmente relacionado ao restabelecimento da democracia na região e com a necessidade de reverter uma certa tendência a confrontação entre o Brasil e a Argentina, que se havia manifestado de forma recorrente através da história. A assinatura da Declaração Política do MERCOSUL, Bolívia e Chile como Zona de Paz, registra o entendimento no sentido de fortalecer os mecanismos de consulta e cooperação sobre temas de segurança e Defesa existentes entre seus membros, e promover sua progressiva articulação. A recente criação do Conselho de Defesa Sul-Americano tem como objetivos, entre outros, consolidar a América do Sul como uma zona de paz, construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa e gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa.

Em relação à política interna, na América do Sul os países atlânticos vêm apresentando um quadro de relativa estabilidade, entretanto, na África a instabilidade política é mais acentuada. Causas econômicas e sociais, sentimentos de lealdade tribais mais fortes que os de nacionalidade e rivalidades religiosas são motivações para distúrbios e confrontos cruentos, situações que dependendo de suas magnitudes podem repercutir no ambiente de interesses no Atlântico Sul.

Assim, com o aumento da importância estratégica da região e na ocorrência do agravamento das crises internacionais ou das condições sociais e econômicas nos países do Atlântico Sul, deve-se considerar a possibilidade de que grandes potências venham nela intervir na defesa de seus interesses econômicos e estratégicos, indicando a necessidade de o Brasil possuir e manter um Poder Naval em condições de dissuadir agressões e incentivar a solução pacífica de controvérsias, e se necessário de defender os seus interesses tanto em áreas litorâneas como em todo o contexto regional.

Desta forma considera-se que a Hipótese 2 fica validada.

“A estabilidade existente na região do Atlântico Sul é fruto do bom relacionamento e do espírito de cooperação existente entre os blocos regionais, entretanto fatores externos à região podem comprometer essa estabilidade”.



4. O papel do Poder Naval do Brasil para a segurança do Atlântico Sul

No Atlântico Sul são grandes as áreas marítimas onde a presença dos Estados é fraca ou nula, dificultando a manutenção da segurança e facilitando o estabelecimento de ameaças de toda a ordem. É essencial a união de esforços dos atores envolvidos com as atividades marítimas, em nível nacional e, posteriormente, internacional, para desenvolver capacidades de coletar, analisar e disseminar as informações com o propósito de, no menor tempo possível, serem tomadas ações preventivas ou mesmo coercitivas (Silva Filho, 2008: 36).

a. As atribuições da Marinha do Brasil

Nos últimos anos o Brasil tem dedicado atenção especial a Amazônia em face da possibilidade de ingerência internacional e da existência de zonas de instabilidade que podem contrariar interesses brasileiros, inclusive com a ação de grupos armados atuantes em países limítrofes ao Brasil.

Entretanto, um eventual teatro de operações na região amazônica será predominantemente terrestre, com razoável demanda de apoio aéreo e de transporte fluvial. Nesse contexto, o emprego do Exército e da Força Aérea será preponderante e o da Marinha será, provavelmente, complementar, atuando no ambiente ribeirinho, com os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais e, deslocando para a área, os meios da Esquadra que se fizerem necessários. Assim, é no Atlântico Sul que a Marinha do Brasil tem as suas principais preocupações.

(1) A missão da Marinha

"Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria. Estar pronta para atuar na garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; atuar em ações sob a égide de organismos internacionais e em apoio à política externa do País; e cumprir as atribuições subsidiárias previstas em Lei, com ênfase naquelas relacionadas à Autoridade Marítima, a fim de contribuir para a salvaguarda dos interesses nacionais" (Moura Neto, 2008).

Segundo o atual Comandante da Marinha do Brasil, Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, para a consecução de sua Missão a Marinha deve preparar o Poder Naval procurando mantê-lo em condições de executar, primordialmente, as cinco tarefas básicas a seguir:



1ª - Controlar áreas marítimas - consiste em obter certo grau de garantia na utilização de áreas marítimas limitadas, na intensidade adequada ao apoio e à defesa dos interesses do país.

2ª - Negar o uso do mar ao inimigo - visa dificultar o estabelecimento do controle de área marítima pelo oponente ou a exploração pelo mesmo de tal controle. O submarino, principalmente por sua capacidade de ocultação, é a arma por excelência para o cumprimento desta tarefa.

3ª - Projetar poder sobre terra - tarefa que adquire importância com o atual desenvolvimento de operações multinacionais de paz em áreas conflagradas, podendo incluir atividades como bombardeio naval, aeronaval e operações anfíbias.

4ª - Contribuir para a dissuasão - consiste em manter um Poder Naval que inspire credibilidade quanto ao seu emprego e que evidencie essa credibilidade por atos de presença ou demonstrações de força, quando e onde for oportuno.

Especificamente na paz ou em situações de crise, cabe destacar que um Poder Naval bem aparelhado, apto a atuar em uma dessas quatro tarefas básicas, de forma pronta e graduada, é capaz, muitas vezes, de evitar uma escalada do conflito, devido às suas quatro características intrínsecas de: Mobilidade, Permanência, Versatilidade e Flexibilidade.

5ª - Garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem - Quanto à atuação das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem (GLO), isso só se dará depois de esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, ações de competência das Polícias Federal e Estaduais, e por decisão do Presidente da República (Brasil, 1999). Nessa situação, o emprego das Forças Armadas na GLO será episódico, em área previamente definida e terá a menor duração possível (Brasil, 2001).

(2) As atribuições subsidiárias

São aquelas relacionadas ao Poder Marítimo que abrangem os elementos e as atividades que capacitam o Estado a fazer uso do mar, ou garanti-lo, em defesa dos seus interesses. Desta forma, pela especificidade de tais atribuições, é da competência do Comandante da Marinha o trato dos assuntos a elas relacionados, sendo, para tal, designado legalmente como Autoridade Marítima.

Segundo o Comandante da Marinha, as atribuições subsidiárias são as seguintes:

Orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à defesa nacional



O transporte marítimo é uma atividade de importância estratégica para o País, tanto sob o enfoque da economia quanto da segurança nacional. Assim, é papel da Marinha do Brasil manter o controle da Marinha Mercante, que transporta parcela ponderável dos produtos de interesse do País, para garantir o suprimento vital desses produtos, e de eventuais necessidades militares, em situação de crise internacional ou de conflito armado envolvendo o Brasil.

Prover a segurança da navegação aquaviária

Envolve a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção da poluição ambiental. Nesta atribuição subsidiária, a Marinha:

- elabora a cartografia náutica e as publicações de auxílio ao navegante, dissemina avisos sobre perigos à navegação e constrói e mantém o balizamento marítimo e fluvial;
- fiscaliza o cumprimento das leis, normas e regulamentos que se referem à segurança da navegação, no mar aberto e em hidrovias interiores; e
- fruto de compromisso internacional, a Marinha do Brasil, com o apoio da Força Aérea Brasileira, é responsável pelo serviço de salvaguarda da vida humana no mar, em uma imensa área marítima, equivalente a uma vez e meia o território do Brasil.

Formular e conduzir políticas nacionais que digam respeito ao mar

A Marinha coordena a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, colegiado integrado por representantes de quinze Ministérios e órgãos federais, e mantém sua Secretaria Executiva. Esse colegiado é responsável pela coordenação de diversos programas relacionados ao mar, como por exemplo, os já citados LEPLAC, o PROANTAR, o REVIZEE e o Programa Arquipélago.

Implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e em águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas

Pretende-se coibir infrações em águas em que o Brasil exerce sua soberania ou jurisdição e enfrentar as chamadas “novas ameaças”, que incluem os crimes transnacionais tais como o contrabando, o tráfico de drogas e de armas, o terrorismo internacional, os desastres naturais, os crimes ambientais, a pesca irregular, a cobiça pelos recursos naturais das ZEE e Plataforma Continental e o crime organizado ao longo do litoral e no interior das bacias hidrográficas. A Marinha fiscaliza o direito de passagem inocente de embarcações estrangeiras, inclusive navios de guerra e de Estado; fiscaliza as atividades de pesquisa científica e de aquisição de dados; implementa e fiscaliza o cumprimento de leis e



regulamentos, no mar e nas águas interiores, coibindo infrações e apóia a fiscalização da pesca, a proteção ambiental e a prevenção e repressão de atividades ilícitas nas águas jurisdicionais brasileiras.

Cooperar com os órgãos federais, na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução

A Marinha presta apoio técnico, operacional e de formação de pessoal para a Polícia Federal operar as embarcações adaptadas para polícia marítima, e com relação ao terrorismo, a Marinha participa da implementação das exigências estabelecidas pelo Código Internacional para a Segurança de Navios e Instalações Portuárias, o chamado ISPS Code¹⁵. A parte dos navios no mar é de responsabilidade da Marinha e a parte das Instalações Portuárias é de responsabilidade da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, auxiliadas pelas Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis.

Cooperar com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República

Essa é uma atribuição subsidiária de caráter geral das Forças Armadas. Contribuindo com o desenvolvimento nacional, a Marinha tem, historicamente, optado pela adoção de parcerias com universidades, além de utilizar, de forma intensiva, a indústria brasileira. Assim ocorreu, e continua ocorrendo, com a construção naval e a pesquisa nuclear. Outras contribuições, dentro dessa atribuição subsidiária, são as ações cívico sociais realizadas em diversas localidades do País; a prestação de assistência hospitalar às populações ribeirinhas, em especial na região amazônica; e a participação em programas sociais do governo.

b. O Poder Naval

Nas últimas décadas as restrições orçamentárias impostas pelo governo brasileiro acarretaram numa grave crise de reaparelhamento da Marinha, implicando em significativa perda de capacidade de seu Poder Naval. Atualmente, com os meios que possui para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, a Marinha

¹⁵ Sigla do inglês *International Ship and Port Facility Security Code*. O ISPS Code foi aprovado pelos países signatários da Organização Marítima Internacional, incluindo o Brasil, e entrou em funcionamento a partir de 01 de Julho de 2004. Trata-se de um sistema padrão de segurança, com o intuito de proteger o tráfego internacional de passageiros e cargas da ameaça terrorista.



mantém, em vários pontos do litoral e nas principais bacias hidrográficas, os seus Distritos Navais, na sua maioria dotados de forças constituídas por meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais.

Na área do Comando do 9º Distrito Naval, sediado em Manaus, há a Flotilha do Amazonas, com cinco navios-patrolha fluviais e três navios de assistência hospitalar, um esquadrão de helicópteros de emprego geral e o Batalhão de Operações Ribeirinhas.

Em Belém, sede do Comando do 4º Distrito Naval, há seis navios-patrolha, um rebocador de alto-mar, um navio-auxiliar e um grupamento de fuzileiros navais.

Na área do Comando do 6º Distrito Naval, localizado em Ladário, que cobre a Bacia do Paraguai e a região do Pantanal, estão sediados a Flotilha do Mato Grosso, com um monitor, quatro navios-patrolha e quatro navios transporte de tropa e de apoio logístico fluviais, um esquadrão de helicópteros de emprego geral e um grupamento de fuzileiros navais. Na área do Comando do 7º Distrito Naval, sediado em Brasília, há um grupamento de fuzileiros navais.

No Nordeste do país, há o Comando do 3º Distrito Naval, sediado em Natal, que conta com quatro navios-patrolha e um grupamento de fuzileiros navais. Com sede em Salvador, está o Comando do 2º Distrito Naval, com seis navios-varredores, dois navios-patrolha, um rebocador de alto-mar, uma corveta e um grupamento de fuzileiros navais.

No Sudeste, onde se encontra a maioria dos meios da Marinha, há o Comando do 1º Distrito Naval, com dois rebocadores de alto-mar, quatro navios-patrolha e um grupamento de fuzileiros navais, sediados no Rio de Janeiro, e o Comando do 8º Distrito Naval, com sede em São Paulo, sem meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais subordinados.

No Sul, há o Comando do 5º Distrito Naval, com sede em Rio Grande, com uma corveta, um rebocador de alto-mar, dois navios-patrolha, um esquadrão de helicópteros de emprego geral e um grupamento de fuzileiros navais.

O principal núcleo do Poder Naval é a Esquadra, situada no estado do Rio de Janeiro. A concentração da Esquadra no Rio de Janeiro ocorre em razão de a Marinha não adotar a pulverização de recursos destinados ao apoio logístico dos meios disponíveis. Daí, por economia, estarem concentrados, nessa área, o Arsenal de Marinha; bases; centros de instrução; e depósitos de mísseis, munição, combustível e sobressalentes diversos.

A Esquadra tem permanentemente ativadas duas Divisões que, ao se fazerem ao mar para operações, recebem meios das Forças de Superfície, de Submarinos e Aeronaval.



Elas são a estrutura de comando da Esquadra, podendo dispor dos seguintes meios: 1 navio-aeródromo; 9 fragatas; 1 contratorpedeiro e 4 corvetas; 5 submarinos; aviões e helicópteros de ataque, interceptação, anti-submarino e de emprego-geral, que embarcam no navio-aeródromo e demais navios; 2 navios de desembarque-doca, para transporte de carros-lagarta anfíbios, embarcações de desembarque de viaturas e material, embarcações de desembarque de carga geral e tropas; 2 navios de desembarque de carros de combate, para transporte de carros de combate, viaturas de apoio, carros-lagarta anfíbios e tropas; 1 navio-transporte de tropas; 2 navios-tanque e 1 navio de socorro submarino.

Também no Rio de Janeiro, está sediada a Força de Fuzileiros da Esquadra. Essa Força, de caráter eminentemente expedicionário, é estruturada de forma a permitir uma rápida transição da organização administrativa para a de combate, onde emprega o conceito de Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais. Este arranjo consiste em uma organização-por-tarefas nucleada por tropa de Fuzileiros Navais, constituída para o cumprimento de uma missão específica, podendo ser estruturada em uma Brigada Anfíbia, Unidade Anfíbia ou Elemento Anfíbio. Esta organização confere flexibilidade e versatilidade de emprego, adaptando-se a qualquer situação e missão recebida.

Os Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais podem ser empregados em diversos cenários, desde os relacionados à assistência humanitária, em situações de calamidade, aos de guerra generalizada, onde se necessite uma ação decisiva de caráter estratégico. A Força de Fuzileiros da Esquadra possui em sua estrutura unidades de Infantaria, Artilharia, Engenharia, Comando e Controle, Viaturas Anfíbias e Blindadas, Logística e de Operações Especiais.

A Esquadra, a Força de Fuzileiros da Esquadra e os Distritos Navais mantêm suas respectivas Forças de Emprego Rápido, que, juntas ou separadamente, poderão formar grupamentos operativos para, quando acionados, fazerem frente, em uma primeira reação, a uma determinada situação, como realizar o controle de uma área marítima, ou a defesa de um determinado porto ou das plataformas de petróleo.

Os principais treinamentos, desse aparato militar-naval, são realizados ao longo da costa brasileira, com exercícios de guerra anti-submarino; guerra de superfície; guerra antiaérea; guerra eletrônica; controle de área marítima; operação de interdição marítima; confronto de forças; trânsito com ameaças de superfície, submarina e aérea; exercícios anfíbios; apoio de fogo naval; tiro de superfície, antiaéreo, míssil e armas anti-submarino.



Há, também, as comissões realizadas com Marinhas de outros países, cujos principais propósitos são efetuar ação de presença, estreitar laços de amizade e treinar unidades da Marinha do Brasil em operações conjuntas com outras marinhas, desenvolvendo uma capacidade de resposta coletiva à ameaças, com a atuação de uma Força Naval Multinacional. Entre essas comissões se destacam: ARAEX¹⁶ e FRATERN¹⁷, com a Marinha da Argentina; ATLASUR, com as Marinhas da África do Sul, Argentina e Uruguai; BOGATUN, com a Marinha do Chile; NINFA, com a Marinha do Paraguai; VENBRAS, com a Marinha da Venezuela; UNITAS, com as Marinhas da América do Sul e dos EUA; PANAMAX, com as Marinhas da América do Sul e dos EUA; PLATINA, com a Marinha do Paraguai; e DEPLOYMENT, com a Marinha dos EUA e demais Marinhas convidadas (Silva Filho, 2008: 40).

Em relação às ações que estimulam a confiança mútua entre os países vizinhos, importa mencionar os entendimentos que estão sendo realizados desde 2006, com as Marinhas da Argentina, Chile, Peru, Colômbia e Uruguai, para o desenvolvimento conjunto de um navio-patrolha; e especificamente com a Argentina, os reparos de rotina feitos em submarino argentino pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e a manutenção de turbinas de fragatas brasileiras realizadas em arsenal argentino. Também foram qualificados pilotos argentinos em pousos no Navio-Aeródromo “São Paulo”. Em África, a Marinha cedeu uma corveta para a Namíbia, fruto do Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia, pelo qual a Marinha do Brasil está participando da criação da marinha daquele país. Mais de cem oficiais e praças da Namíbia já foram formados nos diversos cursos que continuam a ser realizados.

c. A nova Estratégia Nacional de Defesa

Considerando que a capacidade atual do Poder Naval não é suficiente para atender às necessidades de segurança do Atlântico Sul e que o quadro mundial de incerteza, no qual o Brasil, conhecendo seu potencial, procura encontrar a forma de atuação ideal e possível num futuro ambiente multilateral, identificou-se a necessidade imperativa de estabelecimento de uma atualizada concepção estratégica de defesa nacional.

Conforme foi mencionado na apresentação deste Capítulo, nos últimos anos a atenção do Brasil tem estado focada, principalmente, na região amazônica. A percepção

¹⁶ Operação na qual aeronaves argentinas pousam no Navio-Aeródromo “São Paulo”.

¹⁷ A Operação FRATERN¹⁷ é realizada desde 1968.



pela sociedade da possibilidade de surgimento de ameaças à soberania nacional levou o país ao estabelecimento de políticas específicas para aquela região, por meio de iniciativas governamentais que visaram à consolidação de sua integração ao território nacional, à garantia das fronteiras, à ocupação racional do espaço físico e à exploração sustentada dos recursos naturais lá existentes. Assim, a criação, pela Marinha do Brasil, da expressão “Amazônia Azul” teve como objetivo, dentre outros, conscientizar o país da relevância estratégica do Atlântico Sul, enfatizando a necessidade de ser adotada, para essa região do oceano, uma postura semelhante àquela que foi adotada em relação à “Amazônia Verde”, por meio de ações políticas e estratégicas de segurança e defesa.

Segundo Ribeiro (2008: 41), o conceito de estratégia nacional deve estabelecer os princípios reguladores da manobra estratégica nacional a ser empreendida pelo Estado para a consecução e salvaguarda dos objetivos estratégicos de defesa nacional eleitos. Esses princípios devem estar acima das práticas quotidianas de curto prazo, são idéias duráveis que servem de inspiração às atuações estratégicas do governo, às quais confere lógica e coerência, e definem os limites que se terão de conter os esquemas e pormenores da ação estratégica nacional.

A concepção estratégica a ser adotada em um quadro mundial de incertezas, onde não mais se consegue definir ameaças, decorre da identificação dos interesses e das vulnerabilidades estratégicas de uma nação. Determinadas as vulnerabilidades, poder-se-á então, planejar as capacidades estratégicas das Forças Armadas, mediante planejamento detalhado e estabelecimento de composição de forças. Essa estratégia deve ser implementada com autonomia política e tecnológica, e com parcerias internacionais, prioritariamente com os países vizinhos, e também com países mais desenvolvidos, detentores de tecnologia de ponta.

Ao longo deste trabalho foram identificadas as vulnerabilidades estratégicas mais expressivas para o Brasil no Atlântico Sul, tais como o comércio exterior, dependente na sua totalidade de extensas linhas de comunicações marítimas, a concentração da produção de petróleo na plataforma continental, a foz do rio Amazonas, cuja bacia permite a penetração a todo território amazônico de quem vem pelo mar, bem como a extensão da costa brasileira e da sua correspondente ZEE. A determinação de capacidades estratégicas para o Poder Naval Brasileiro deverá ser calcada nessas vulnerabilidades que, em razão dos espaços geográficos onde se inserem, indicam a concentração dos meios em posições próximas ao litoral, nas Águas Jurisdicionais Brasileiras e também oceânica.



Nesse sentido foi apresentada ao país, em 18 de Dezembro de 2008, a Estratégia Nacional de Defesa (END) (Brasil, 2008), que prevê ações estratégicas de médio e longo prazo com o objetivo de modernizar a estrutura de defesa do Brasil por meio da reorganização das Forças Armadas, da reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e da política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

Entre as diretrizes da END está a estruturação das Forças Armadas em torno de capacidades, que é particularmente adequada quando as ameaças são incertas, difusas e de natureza variada, uma vez que, no que toca à sua caracterização, o que é considerado fundamental é a forma “como” o oponente vai atuar e com que meios, e não tanto a sua identificação (“quem”) nem o momento da sua ação (“quando”) (Madeira, 2008: 6).

O quadro a seguir ilustra de uma forma simples a comparação entre os métodos de planejamento baseado em ameaças e em capacidades (Sacchetti, Cajarabille, 2002: 29).

Método		Enquadramento	Propósito	Dimensão das Forças
Baseado na Ameaça		Cenários de ameaças específicos	Neutralizar ou destruir oponentes	Para enfrentar as contingências da ameaça
Baseado em Capacidades	Orientado para as missões	Cenários genéricos, futuro pouco previsível e ameaças difusas, multifacetadas e incertas	Cumprir objetivos militares	Para executar as missões com a máxima eficácia
	Orientado para os recursos		Otimizar as capacidades em função dos custos	Para conseguir o melhor equilíbrio, utilizando técnicas de multicritério

Com efeito, a END não se restringe somente ao reaparelhamento das Forças Armadas, pretende também realizar a avaliação das necessidades e a construção de novas capacidades que se relacionam com os desafios de cenários futuros. Para a nova avaliação de necessidades importa que o equipamento deixe de ser um objetivo em si mesmo, e passe a ser uma ferramenta adequada para um objetivo. As tarefas a serem desempenhadas são identificadas bem como os meios necessários ao seu cumprimento. As capacidades são concebidas para permitir a realização de determinadas missões genéricas, que são os objetivos militares, e para a otimização dos meios em função dos custos, e não para contrariar ameaças específicas.

Considerando as tarefas do Poder Naval de negação do uso do mar, de controle de áreas marítimas e de projeção de poder, a END estabelece como prioridade os meios para “negar o uso do mar ao inimigo” que se aproxime do Brasil por via marítima. Essa



prioridade traz implicações para a reconfiguração das forças navais. Ao garantir seu poder para negar o uso do mar ao inimigo, a Marinha precisa manter a capacidade de “projeção de poder sobre terra” e criar condições para “controlar áreas marítimas”. Entretanto, a despeito desta consideração, a projeção de poder se subordina, hierarquicamente, à negação do uso do mar.

A negação do uso do mar, o controle de áreas marítimas e a projeção de poder devem ter por foco (Brasil, 2008: 12):

- a defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas;
- a defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras;
- a prontidão para responder a qualquer ameaça, por Estado ou por forças não-convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio;
- a capacidade de participar de operações internacionais de paz, fora do território e das águas jurisdicionais brasileiras, sob a égide das Nações Unidas ou de organismos multilaterais da região;

No litoral brasileiro duas áreas continuarão a merecer atenção especial, do ponto de vista da necessidade de controlar o acesso marítimo ao Brasil: a faixa que vai de Santos a Vitória e a área em torno da foz do rio Amazonas.

Para assegurar a capacidade de negação do uso do mar ao inimigo, a END prevê que o Brasil contará com uma força naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e de submarinos de propulsão nuclear, armados com mísseis e desenvolverá capacitações para projetá-los e fabricá-los. O Brasil, também, deverá adquirir autonomia nas tecnologias cibernéticas para orientação dos submarinos e de seus sistemas de armas e que lhes possibilitem atuar em rede com as outras forças navais, terrestres e aéreas.

Estabelece, ainda, a END que para assegurar a capacidade de projeção de poder sobre terra, a Marinha deverá manter os meios de Fuzileiros Navais em permanente condição de pronto emprego para a defesa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras, para atuar em operações internacionais de paz, em operações humanitárias, em qualquer lugar do mundo.

Quanto aos meios navais, a END estabelece que a força naval de superfície deverá possuir navios de grande porte, capazes de operar e de permanecer por longo tempo em alto mar, e também navios de porte menor, para patrulhar o litoral e os principais rios



navegáveis brasileiros. Entre os navios de alto mar, é prevista uma especial dedicação ao projeto e à fabricação de navios de múltiplos propósitos que possam, também, servir como navios-aeródromos. A Marinha deverá possuir, também, embarcações de combate, de transporte e de patrulha, oceânicas, litorâneas e fluviais.

Entre as capacitações operacionais que a Marinha deve possuir está o monitoramento da superfície do mar a partir do espaço. A partir dele as forças navais, submarinas e de superfície, terão aumentadas suas capacidades de atuar em rede com as forças terrestre e aérea.

A dissuasão de concentração de forças hostis nos limites das águas jurisdicionais brasileiras é um dos objetivos da END. A constituição de uma força e de uma estratégia navais que integrem os componentes submarino, de superfície e aéreo, permitirá ao nível decisório político a possibilidade de graduar a aplicação da força naval com a intensidade proporcional aos propósitos pretendidos, no tempo e no local apropriado.

Com efeito, quando a força inimiga for muito mais poderosa, a força de superfície será concebida e operada como reserva tática ou estratégica. Preferencialmente e sempre que a situação tática permitir, a força de superfície será engajada no conflito depois do emprego inicial da força submarina, que atuará de maneira coordenada com os veículos espaciais, para efeito de monitoramento e com meios aéreos, para efeito de fogo focado. Esse desdobramento do combate em etapas sucessivas, sob a responsabilidade de contingentes distintos, permitirá, na guerra naval, a agilização da alternância entre a concentração e a desconcentração de forças e o aprofundamento da flexibilidade a serviço da surpresa (Brasil, 2008: 14).

Prevê ainda a END que a Marinha trabalhará com a indústria nacional de material de defesa para desenvolver um avião versátil, de defesa e ataque, que maximize o potencial aéreo defensivo e ofensivo da Força Naval e ainda dará início aos estudos e preparativos para estabelecer nas proximidades da foz do rio Amazonas, uma grande base naval de uso múltiplo.

O modelo de planejamento por capacidades que a END estabelece realça a flexibilidade, a robustez e a adaptabilidade da capacidade e possui uma arquitetura capaz de identificar, avaliar, priorizar e escolher as opções de capacidades, considerando riscos e restrições econômicas. Segundo Sacchetti (Cajarabille, 2002: 22-23) a abordagem por capacidades pode ainda tomar duas formas: uma orientada para as missões, de acordo com as missões das forças armadas, e outra para os recursos, conforme os recursos disponíveis



para equipá-las. A escolha condicionará os meios em função da eficácia exigida no cumprimento das missões, ou da otimização do sistema tendo em conta os recursos financeiros. Considerando que a escassez de recursos está sempre presente, é usual planejar com as duas vertentes associadas.

Em tempos de incerteza e sem ameaças definidas, o Poder Naval Brasileiro deverá estar capacitado para atuar em diferentes cenários. Um conjunto de meios que contém submarinos convencionais e com propulsão nuclear, uma força de superfície nucleada em porta-aviões com capacidade de defesa inclusive contra ameaças aéreas, produzirá, certamente, um efeito dissuasório considerável.

d. Considerações Parciais

Apesar de atravessar uma grave crise de reaparelhamento com significativa perda de capacidade de seu Poder Naval, a Marinha do Brasil consegue manter em vários pontos do litoral e nas principais bacias hidrográficas, os seus Distritos Navais, na sua maioria dotados de forças constituídas por meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, e a Esquadra, seu principal núcleo.

O comércio exterior dependente de extensas linhas de comunicações marítimas; a concentração da produção de petróleo na plataforma continental; a foz do rio Amazonas, cuja bacia permite o acesso a todo território amazônico de quem vem pelo mar; e a extensão da costa brasileira e da sua correspondente ZEE; são expressivas vulnerabilidades do Brasil que devem ser consideradas para determinar as capacidades estratégicas que o Poder Naval Brasileiro deve possuir. Estas vulnerabilidades permitem identificar a necessidade desse Poder possuir componentes com capacidades de atuação próximas do litoral e distantes no oceano, nas Águas Jurisdicionais Brasileiras.

A estruturação das Forças Armadas em torno de capacidades prevista na recente Estratégia Nacional de Defesa contempla um Poder Naval que prioriza os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima, mantendo capacidades para projetar poder e para controlar áreas marítimas. As ambiciosas ações estratégicas previstas para médio e longo prazo são promissoras para a constituição de uma força naval composta de submarinos convencionais e com propulsão nuclear, de navios e de aeronaves, com capacidades suficientes para produzir um considerável efeito dissuasório.

Desta forma considera-se que a Hipótese 3 fica validada.

“O Brasil deve ter um Poder Naval com suficiente capacidade dissuasória para



satisfazer as necessidades de segurança do Atlântico Sul”.

5. Conclusão

O Atlântico Sul tem sua relevância aumentada em decorrência do desenvolvimento dos países que nele estão situados e pela crescente necessidade mundial de energia, que pode ser satisfeita pelos recursos petrolíferos existentes na África e na plataforma continental brasileira; nesse oceano a Marinha vem conduzindo ações coerentes com os interesses do Brasil na “Amazônia Azul”, que corresponde a ZEE mais a extensão da Plataforma Continental, compreendendo mais metade de seu território continental.

É crescente a dependência norte-americana do petróleo importado, nos últimos anos o consumo e a importação de petróleo foram crescentes enquanto ocorreu uma queda constante na produção dos EUA. Em termos de produção petrolífera o Atlântico Sul já produz mais do que o Mar do Norte europeu, com destaque para a Nigéria, o Brasil e Angola. Em 2008 as reservas provadas de petróleo brasileiras foram contabilizadas como a segunda maior da América do Sul e a atual capacidade exploração de petróleo deverá tornar o Brasil auto-suficiente em 2009. O incremento dessa atividade econômica traz responsabilidades maiores de vigilância e proteção para a Marinha do Brasil, por ser a mesma quase que exclusivamente realizada na ZEE, na qual possui a tarefa de proteção dos interesses marítimos nacionais.

Quanto à cooperação regional o Brasil tem tido um destacado papel por meio de ações políticas que estimulam o desenvolvimento econômico e fortalecem articulações que aumentam a integração. São exemplos: A criação da ZOPACAS que estimulou o desenvolvimento da cooperação regional por meio da conclusão de acordos de natureza técnica, política, estratégica e econômica, e incluiu ainda a cooperação militar; o MERCOSUL para além de possuir um forte sentido político e estratégico está visivelmente relacionado ao restabelecimento da democracia na região; a assinatura da Declaração Política do MERCOSUL, Bolívia e Chile, como Zona de Paz, registra o entendimento no sentido de fortalecer os mecanismos de consulta e cooperação sobre temas de segurança e defesa; e a recente criação do Conselho de Defesa Sul-Americano que tem como objetivos, entre outros, consolidar a América do Sul como uma zona de paz, construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa e gerar consensos para fortalecer a cooperação regional.



Em relação à política interna os países atlânticos da América do Sul vêm apresentando um quadro de relativa estabilidade, a instabilidade política é mais acentuada na África, onde causas econômicas e sociais, sentimentos de lealdade tribais mais fortes que os de nacionalidade e rivalidades religiosas são motivações para distúrbios e confrontos cruentos, situações que dependendo de suas magnitudes podem repercutir no ambiente de interesses na região. Nessa conjuntura verifica-se que a estabilidade existente na região sul-atlântica é fruto do bom relacionamento e do espírito de cooperação existente entre os blocos regionais. Entretanto, com o aumento da importância estratégica da região, deve-se considerar a possibilidade de que grandes potências venham nela intervir na defesa de seus interesses econômicos e estratégicos.

A capacidade do Poder Naval Brasileiro está enfraquecida devido à crise de reaparelhamento que vem atingindo a Marinha do Brasil, que mantém os meios que possui em pontos do litoral e nas principais bacias hidrográficas, na Esquadra e nos Distritos Navais dotados, em sua maioria, de forças navais, aeronavais e de fuzileiros navais.

Com efeito, as vulnerabilidades estratégicas do Brasil, no Atlântico Sul, tais como o comércio exterior, que depende de extensas linhas de comunicações marítimas, a produção de petróleo concentrada na plataforma continental, a foz do rio Amazonas, por onde todo território amazônico pode ser adentrado por quem vem pelo mar, como também a extensão da costa brasileira e da sua correspondente ZEE, são elementos que devem ser considerados para determinar as capacidades estratégicas que o Poder Naval Brasileiro deve possuir, e em razão dos espaços geográficos onde se inserem permitem identificar a necessidade de componentes com capacidade de atuação nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, na faixa oceânica e nas proximidades do litoral.

A recente Estratégia Nacional de Defesa estabelece que a estruturação das Forças Armadas Brasileiras seja feita em torno de capacidades, estruturação particularmente adequada às ameaças incertas, difusas e de natureza variada. Considerando o Poder Naval e suas tarefas de negação do uso do mar, de controle de áreas marítimas e de projeção de poder, essa Estratégia estabelece como prioridade garantir os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima, mantendo ainda as capacidades de projeção de poder e de controle de área marítima. Nesse sentido, a médio e em longo prazo, o Brasil possuirá uma força naval que integra os componentes submarino, de superfície e aéreo, em condições de dissuadir



agressões e incentivar a solução pacífica de controvérsias, e se necessário de defender os seus interesses tanto em áreas litorâneas como em todo o contexto regional.

No desenvolvimento do trabalho, que se processou de acordo com o método de investigação científica e foi sustentado na pesquisa bibliográfica para enquadrar e materializar o tema proposto verificou-se que as hipóteses colocadas foram confirmadas.

Conclui-se, desta forma, que a questão central foi respondida por meio da validação¹⁸ das três hipóteses formuladas e abordadas nos capítulos 2, 3 e 4, respectivamente.

¹⁸ A “Matriz de Validação” encontra-se no Apêndice 4.



Bibliografia

Livros, Monografias, Teses e Conferências.

ABREU, Manuel Alexandre Ferreira Pinto de, CF (2008). O Projeto de Extensão da Plataforma Continental de Portugal. Conferência ao CPOG em 03 de Dezembro de 2008. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

CYRINO, Roberto de Oliveira (1994). O Atlântico Sul e os interesses brasileiros. Rio de Janeiro: Revista da Escola Superior de Guerra. v. 10, n.º. 28.

DAVIS, Paul K. (2002). *Analytic Architecture for Capabilities-Based Planning*, mission-system analysis, and Transformation. Santa Monica: RAND.

FLORES, Mário César, Almirante (MB) (2002). Reflexões estratégicas: repensando a defesa nacional. São Paulo: É Realizações.

LIMA, Mauro França de Albuquerque, CMG (MB) (2001). Atlântico Sul. Os novos contornos da segurança no quadro regional e articulação com outros espaços. Lisboa: EMD do ex-Instituto Superior Naval de Guerra.

MADEIRA, César Martinho Gusmão Reis, CMG (2008). O Sistema de Planeamento de Forças Nacional. Implicações da adopção do modelo de planeamento por capacidades. Lisboa: Trabalho de Investigação Individual, CPOG.

MOREIRA, Hilton Berutti Augusto, Almirante (MB) (1972). O Brasil e suas responsabilidades no Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Trabalho da Escola de Guerra Naval.

MOURA NETO, Julio Soares de, Almirante-de-Esquadra (MB) (2008). O Comando da Marinha. Rio de Janeiro: Palestra proferida pelo Comandante da Marinha na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército para os Cursos de Altos Estudos Militares das três Forças (C-PEM, C-PEA e C-PEAEx), em 25 de março de 2008.

NUNES, José Geraldo Fernandes, CMG (MB) (2000). Atlântico Sul. Reestruturação da segurança no quadro regional e articulação com outros espaços. Lisboa: EMD do ex-Instituto Superior Naval de Guerra.

PEREIRA, Alexandre, POUPA, Carlos (2006). Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o word. Lisboa: Edições Silabo.

PEREIRA, Carlos Santos (2001). Os Novos Muros da Europa. Lisboa: Edições Cotovia Ltda.

RIBEIRO, António Silva, Contra-Almirante (2008). Processo de Formulação de Estratégia de Defesa Nacional. Lisboa: Boletim, Instituto de Estudos Superiores Militares, n.º 5, pp. 4-46.

SACCHETTI, António Emílio Ferraz, Vice-Almirante (1985a). Elaboração de uma Estratégia Marítima Naval. Lisboa: Monografias do ex-Instituto Superior Naval de Guerra.



SACCHETTI, António Emílio Ferraz, Vice-Almirante (1985b). Interesses, objetivos, segurança e defesa nacional. Lisboa: Monografias do ex-Instituto Superior Naval de Guerra.

SACCHETTI, António Emílio Ferraz, Vice-Almirante (1986b). A dissuasão e a iniciativa de defesa estratégica. Lisboa: Monografias do ex-Instituto Superior Naval de Guerra.

SACCHETTI, António Emílio Ferraz, Vice-Almirante (1987). Geopolítica e geoestratégia do Atlântico. Lisboa: Monografias do ex-Instituto Superior Naval de Guerra.

SACCHETTI, António Emílio Ferraz, Vice-Almirante (2006). Poder Naval: Sua utilidade hoje. Lisboa: Revista da Armada n° 402.

SACCHETTI, António Emílio Ferraz, Vice-Almirante, CAJARABILLE, Victor, Contra-Almirante (2002). Conceito estratégico de defesa nacional: estudos. *Cadernos Navais*, n.º 3, Grupo de Estudos e Reflexão de Estratégia. Lisboa: Edições Culturais de Marinha.

SÉBILLE-LOPEZ, Philippe (2007). Geopolíticas do Petróleo. Lisboa: Instituto Piaget.

SEIXAS, Carlos Henrique Silva, CMG (BR) (2008). A Cooperação dos Países do Mercosul Frente o Cenário Internacional. Lisboa: Trabalho de Investigação Individual, CPOG.

SOUZA, Creomar (2008). Quais os desafios da Política de Defesa Nacional do Brasil? [referência de 17 de Dezembro de 2008].

Disponível na Internet em:

<http://www.revistaautor.com/index.php?option=com_content&task=view&id=268&Itemid=38>

TUCÍDIDES (2001). História da Guerra do Peloponeso. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 4.ed. 582 p.

TOMÉ, Luis (2009). A Federação Russa – Situação e perspectivas. Conferência ao CPOG em 27 de Fevereiro de 2009. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Artigos de Publicações

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (2008). Brasil no Conselho de Segurança da ONU. [referência de 17 de Março de 2009].

Disponível na Internet em:

<http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1896&Itemid=397>

CAJARABILLE, Lopo, Contra-Almirante (2008). Capacidades Navais. A Marinha equilibrada. *Cadernos Navais*, n.º 26, Grupo de Estudos e Reflexão de Estratégia. Lisboa: Edições Culturais de Marinha.

CASTRO, Terezinha de (1996). Atlântico Sul: Geopolítica e Geoestratégia. Rio de Janeiro: Revista da Escola Superior de Guerra.



COLOMBO, Caio Márcio Ranieri (1986). Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. v. 37 e 38, nº. 67/68.

FLORES, Mário César. Almirante (MB) (1993). Atlântico Sul: aspectos de segurança. Rio de Janeiro: Revista do Clube Naval. v. 93, nº 267.

JUNIOR, Cirilo (2008). Folha Online. [referência de 17 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u419872.shtml>>

NATÁRIO NETO, João Ribeiro (2006). A Questão Pesqueira. [referência de 23 de Janeiro de 2009].

Disponível na Internet em: <<http://www.novomilenio.int.br/baixada/bb004d5.htm>>

OLIVEIRA, José Maria do Amaral, Almirante-de-Esquadra (MB) (1994). O Atlântico Sul no século XIX: uma abordagem estratégica. Rio de Janeiro: ISSN.

PESCE, Eduardo Italo (2008). Atlântico Sul: Aumento da presença naval norte-americana? Rio de Janeiro: Revista Marítima Brasileira, v.128, n.07/09.

REIS RODRIGUES, Alexandre, Vice-Almirante (2009). Jornal de Defesa e Relações Internacionais. [referência de 31 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.jornaldefesa.com.pt>>

RODRIGUES, Jorge Nascimento (2002). A corrida do ouro negro do Atlântico Sul. [referência de 11 de dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.janelanaweb.com/crise/corrida.html>>

RÓTULO, Daniel (1994). Diplomacia e pensamento da Marinha Brasileira em relação ao Atlântico Sul, o Período 1982-1990. Rio de Janeiro: Revista Marítima Brasileira. v.114, nº. 719, jul/set.

PANAPRESS, a perspectiva Africana (2008). França quer reorganizar presença militar em África. [referência de 18 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por012709&dte=14/03/2008>>

PANAPRESS, a perspectiva Africana (2007). Estados membros da SADC criam Associação de Produtores de Diamantes.[referência de 18 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por006500&dte=23/04/2007>>

PENHA, Eli Alves (2002). Relações Brasil-África: os Avatares da Cooperação Sul – Atlântica. [referência de 10 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/alves.rtf>>

SACCHETTI, António Emílio Ferraz, Vice-Almirante (1986a). Nação e Defesa. Lisboa: Revista de Assuntos Políticos, Econômicos e Militares. nº 40. Instituto da Defesa Nacional.

SANT'ANNA, Lourival (2008). Estado de São Paulo. Reativação da 4ª Frota aguça sentimentos anti-americanos. [referência de 13 de Novembro de 2008].



Disponível na Internet em:

<<http://www.estado.com.br/editorias/2008/07/13/int-1.93.9.20080713.1.1.xml>>

SILVA FILHO, Aurélio R, Almirante-de-Esquadra (2008). O papel da Marinha do Brasil no atual contexto internacional: *Cadernos Navais*, n.º 26, Grupo de Estudos e Reflexão de Estratégia. Lisboa: Edições Culturais de Marinha.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira, Vice-Almirante (MB) (1997). Atlântico Sul: uma visão brasileira. Rio de Janeiro: Revista da Escola Superior de Guerra. v. 12, n.º 34 pp 103-113.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira, Vice-Almirante (2008). O Brasil na América do Sul – Uma análise político-estratégica. Rio de Janeiro: Revista Marítima Brasileira, v.128, n.07/09.

Documentos Legislativos

BRASIL (1999). Lei Complementar n.º 97. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo, e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 10 jun.1999.

BRASIL (2001). Decreto n.º 3.897. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 27 ago.2001.

BRASIL (2005). Decreto n.º 5.484 de 30 de Junho de 2005. Política de Defesa Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 01 jul. 2005.

BRASIL (2008). Decreto n.º 6.703 de 18 de Dezembro de 2008. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 19 dez. 2008.

Sítios da Internet

ANUÁRIO Estatístico 2008 da Agencia Nacional de Petróleo do Brasil (2008).

[referência de 10 de Março de 2009].

Disponível na Internet em: <<http://www.anp.gov.br/doc/anuario2008/Secao2.pdf>>

BRASIL (2003). Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP).

[referência de 10 de Janeiro de 2009].

Disponível na Internet em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seap/>

BRASIL (2009). Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

[referencia de 09 de Março de 2009].

Disponível na Internet em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio>>

CASALINHO, Cristina, CARVALHO Paula, SOUSA, João Vitor (2008). Estudos Econômicos e Financeiros. [referencia de 09 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.bfa.ao/Uploads/Angola_Dez08.pdf>



EIA, Energy Information Administration Official Energy Statistics from the U.S. Government (2008). [referência de 06 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://tonto.eia.doe.gov/energy_in_brief/foreing_oil_dependence.cfm>

ENERGY Data, Statistics and Analysis - Oil, Gas, Electricity, Coal EIA (2008). [referência de 06 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/Brazil/Oil.html>>

INDEXMUNDI (2008). [referência de 31 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.indexmundi.com/g/rank.html>>

MERCOSUL Mercado Comum do Sul (2008). [referência de 17 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.mercosul.gov.br>>

MINISTÉRIO das Relações Exteriores (2009). [referência de 31 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.mre.gov.br/>>

MRE (2008), Resenha de Imprensa Nacional. [referência de 12 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=457510>

OPEC (2009), Organization of the Petroleum Export Countries. [referência de 12 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.opec.org>>

WIKIPÉDIA (2009). [referência de 12 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://pt.wikipedia.org>>

UNASUL (2009), Ministério das Relações Exteriores. Assessoria de Imprensa. Nota nº 700 de 16/12/2008. Cúpula Extraordinária das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Declarações e Decisões. [referência de 31 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.obreal.unibo.it/File.aspx?IdFile=1196>>



Apêndice 1

Glossário de Conceitos

Capacidade – A habilidade para produzir um efeito que é necessário atingir. O efeito é o resultado de uma ação ou conjunto de ações produzidas pela capacidade. Uma capacidade consistirá numa ou mais componentes funcionais: Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal, Facilidades e Interoperabilidade (Madeira, 2008).

Defesa Nacional – Conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (Brasil, 2005: 5).

Poder Naval - É o componente militar do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar e nas águas interiores, na conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais. O Poder Naval compreende os meios navais, suas estruturas de comando e controle, logística e administrativa, bem como as forças e meios de apoio não - orgânicos da Marinha do Brasil, quando vinculados ao cumprimento da Missão da Marinha e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade naval. Em função de sua aplicação, o Poder Naval exerce importante papel na conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais, tanto no ambiente que abrange o mar (o subsolo, o leito, o mar, o propriamente dito e espaço aéreo e sobrejacente), como em certas áreas terrestres limitadas, de interesse para as operações navais.

Características do Poder Naval

- **Mobilidade** – representa a capacidade de deslocar-se prontamente e a grandes distâncias, mantendo elevado nível de prontidão, ou seja, em condições de emprego imediato;
- **Permanência** – indica a possibilidade de operar, continuamente, com independência e por longos períodos, em áreas distantes e de grandes dimensões;
- **Versatilidade** – permite regular o poder de destruição e alterar a postura militar, mantendo a aptidão para executar uma ampla gama de tarefas; e
- **Flexibilidade** – significa a capacidade de organizar grupamentos operativos de diferentes valores, em função da missão (Moura Neto, 2008).

Segurança – Condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de



qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais (Brasil, 2005: 5).



Apêndice 2

Características dos países com interesses no Atlântico Sul¹⁹

Países	Área (km ²)	População (milhões de habitantes)	PIB (US\$ bilhões)	PIB per capita (US\$)	Taxa de crescimento real (%)
África do Sul	1.221.037	48,7	467,6	10.600	5,0
Angola	1.246.700	12,0	80,95	6.500	16,3
Argentina	2.780.400	40,4	523,7	13.000	8,5
Benin	112.622	8,5	12,19	1.500	4,5
Brasil	8.514.876	196,0	1.838,0	9.700	4,5
Cabo Verde	4.033	0,43	3,7	7.000	7,0
Camarões	475.442	18,4	40,0	2.300	3,2
Chade	1.284.000	10,1	15,9	1.600	-1,3
Chile	756.626	16,4	234,4	14.400	5,2
Congo	342.000	3,9	14,0	3.700	2,8
Costa do Marfim	322.463	20,1	32,9	1.800	1,7
Gabão	267.668	1,4	20,0	13.800	4,5
Gâmbia	11.295	1,7	1,3	800	7,0
Gana	238.533	23,3	31,2	1.400	6,2
Guiné	245.857	9,8	9,7	1.000	1,5
Guiné Bissau	36.125	1,5	0,9	600	3,7
Guiné Equatorial	28.051	0,61	25,7	44.100	12,7
Libéria	111.369	3,3	1,5	500	8,5
Namíbia	824.292	2,0	10,7	5.200	4,5
Nigéria	923.768	146,0	294,8	2.200	6,3
Rep.Demo.do Congo (Zaire)	2.344.858	66,5	19,1	300	7,0
Senegal	196.722	13,3	20,6	1.700	4,8
Serra Leoa	71.740	6,2	4,88	800	6,8
Togo	56.785	5,8	5,13	900	2,5
Uruguai	175.016	3,4	37,1	10.700	7,2

¹⁹ (Indexmundi, 2008)



Apêndice 3

O potencial petrolífero de países africanos em 2004²⁰

	Nigéria	Angola	Congo Brazzaville	Gabão	Camarões	Chade	Guiné Equatorial
Reservas de petróleo em milhões de barris em finais de 2004 e em % do total mundial	35, 3 3%	8,8 0,7%	1,8 0,2%	2,3 0,2%	0,2 0,0001%	0,9 0,1%	1,3 0,2%
Produção em mil milhões de b/d -em 1999	2066	745	293	340	95	-	100
-em 2004	2508	991	240	235	62	168	350
Produção em % do total mundial em 2004	3,2	1,3	0,3	0,3	0,1	0,2	0,4

²⁰ (Sébille-Lopez, 2007: 124)



Apêndice 4

Matriz de Validação

Questão Central	Questões Derivadas	Hipóteses	Validação
<i>QC. Qual a importância do Poder Naval na definição da ação política e na estratégia de segurança e defesa do Brasil para o Atlântico Sul?</i>	<i>Q1. Quais são os atuais elementos geoestratégicos do Atlântico Sul?</i>	<i>H1. Os recursos econômicos atualmente conhecidos do Atlântico Sul, principalmente àqueles relacionados aos novos campos de petróleo, alteraram a importância estratégica da região.</i>	Capítulo 2 ✓ Validada
	<i>Q2. Quais são os principais tratados e acordos existentes entre os países intervenientes no Atlântico Sul?</i>	<i>H2. A estabilidade existente na região do Atlântico Sul é fruto do bom relacionamento e do espírito de cooperação existente entre os blocos regionais, entretanto fatores externos à região podem comprometer essa estabilidade.</i>	Capítulo 3 ✓ Validada
	<i>Q3. Qual a influência que o Poder Naval deve ter na definição da estratégia de segurança e defesa, do Brasil, no cenário do Atlântico Sul?</i>	<i>H3. O Brasil deve ter um Poder Naval com suficiente capacidade dissuasória para satisfazer as necessidades de segurança do Atlântico Sul.</i>	Capítulo 4 ✓ Validada

No desenvolvimento do trabalho, que se processou de acordo com o método de investigação científica e foi sustentado na pesquisa bibliográfica para enquadrar e materializar o tema proposto verificou-se que as hipóteses colocadas foram confirmadas.



Apêndice 5

Amazônia Azul

Território terrestre – cerca de 8.500.000 km²

Zona Econômica Exclusiva (ZEE) – cerca de 3.540.000 km²

Plataforma Continental (LEPLAC) proposta brasileira - 950.000 km²

ZEE + Plataforma Continental = 4.490.000 km² (cerca da metade do território brasileiro)

